

### TRANSFERRO OPERADORA MULTIMODAL S.A.

CNPJ/MF nº 02.949.528/0001-37

BALANÇO PATRIMONIAL (Valores em milhares de reais)				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Valores em milhares de reais)				
	31/dez./2021	31/dez./2020		31/dez./2021	31/dez./2020		31/dez./2021	31/dez./2020
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>4.865</b>	<b>6.408</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>2.794</b>	<b>2.412</b>	<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>23.777</b>	<b>22.075</b>
Caixa e equivalentes de caixa	13	556	Financiamentos	-	20	<b>DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA</b>	<b>(3.557)</b>	<b>(3.132)</b>
Clientes	2.289	2.503	Fornecedores	810	422	Impostos incidentes	(3.557)	(3.132)
(-) Provisão p/ Créditos de Liquidez Duvidosa	-	(354)	Obrigações sociais e trabalhistas	1.597	1.577	<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>20.220</b>	<b>18.943</b>
Imposto a recuperar	518	448	Impostos e contribuições a recolher	299	282	<b>CUSTO OPERACIONAL</b>	<b>(19.337)</b>	<b>(17.112)</b>
Contas a receber	486	358	Contas a pagar	88	111	<b>RESULTADO BRUTO</b>	<b>883</b>	<b>1.831</b>
Contratos	545	2.296	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>140.359</b>	<b>140.020</b>	<b>DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>(764)</b>	<b>(1.781)</b>
Estoques	922	503	Debêntures	140.000	140.000	Despesas administrativas e gerais	(2.195)	(1.926)
Despesas do exercício seguinte	92	98	Receita Diferida	359	-	Outras despesas operacionais	1.420	136
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>178.300</b>	<b>175.762</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>40.012</b>	<b>39.758</b>	Receita da Venda de Imobilizado	20	18
Realizável a longo prazo	218	140	Capital Social	47.330	47.330	<b>RESULTADO ANTES DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL</b>	<b>119</b>	<b>50</b>
Depósitos judiciais	218	140	Prejuízos acumulados	(7.318)	(7.572)	<b>E DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		
Investimento	175.868	172.882	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>183.165</b>	<b>182.170</b>	<b>RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL</b>	<b>(1)</b>	<b>(16)</b>
Imobilizado	2.209	2.735				<b>Resultado da Equivalência Patrimonial</b>	<b>(1)</b>	<b>(16)</b>
Intangível	5	5				<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>133</b>	<b>(33)</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>183.165</b>	<b>182.170</b>				Despesas financeiras	(41)	(35)
						Receitas financeiras	174	2
						<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IRPJ E CSLL</b>	<b>253</b>	<b>1</b>
						Obrigações para IRPJ e CSLL	-	(2)
						<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>253</b>	<b>(1)</b>
						Por ação do capital social	0,05	(0,00)

#### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Valores em milhares de reais)

	Capital Social	Resultados Acumulados	Total
<b>SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2020</b>	<b>47.330</b>	<b>(7.571)</b>	<b>39.759</b>
Prejuízo do exercício	-	(1)	(1)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>47.330</b>	<b>(7.572)</b>	<b>39.758</b>
Lucro do exercício	-	253	253
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>47.330</b>	<b>(7.319)</b>	<b>40.011</b>

#### NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) 1 Informações gerais.

A Transferro Operadora Multimodal S.A. com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem como objeto social de acordo com o seu estatuto social, as atividades abaixo: • Exercer atividades de logística integrada, realizando transporte de cargas em geral, conjuntamente com empresas transportadoras de cargas rodoviárias, ferroviárias, hidroviárias, utilizando equipamentos próprios e/ou de terceiros, auferindo receita de forma individual ou compartilhada; • Atuar como operadora de transporte Multimodal – OTM, bem como operador portuário, a operação de carga e descarga de caminhões, trens, vagões e demais materiais de transportes ferroviários. • Produzir, reformar e manter equipamentos utilizados em transporte e manuseio de cargas. • Instalar, administrar e explorar terminais de carga e descarga em geral, EADI – Estação Aduaneira Interior, EAF - Estação Aduaneira de Fronteira, recintos especiais alfandegados, entreposto de armazenagem. 2 Apresentação das demonstrações contábeis. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia. 3 Resumo das principais práticas contábeis. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. a) Base de preparação. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). Observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº. 6.404/1976) e incluindo os dispositivos aplicáveis, pela Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº. 11.941, de 27 de maio de 2009 que têm como principal objetivo adequar à legislação societária brasileira visando o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil, com as constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo "International Accounting Standard Board – IASB". A preparação de Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem um maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Contábeis, estão divulgadas em nota. b) Classificação de itens circulante e não circulante. No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos, com contas vencendo ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificadas como itens circulantes e contas com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificadas como itens não circulantes. c) Caixa e equivalentes de caixa. São classificadas como caixa e equivalentes de caixa, o dinheiro em caixa, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com vencimentos originais de liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor. d) Ativos financeiros. Os investimentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São mensurados pelo custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, lançado em conta de resultado. e) Contas a receber de clientes. Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços. As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor faturado. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas são classificadas no ativo circulante, caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante. f) Estoques. Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor de reposição e, quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoque obsoletos, inservíveis ou sem movimentação. O custo é avaliado pelo método da média ponderada. g) Imposto de renda e contribuição social. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas até a data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dê margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real. h) Apuração do resultado. O resultado é apurado pelo regime contábil de competência do exercício para apropriação de receitas, custos e as despesas correspondentes. i) Redução ao valor recuperável de ativos. O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou quando eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram identificadas pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas. j) Outros ativos. Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição, atualizado conforme disposições legais ou contratuais. k) Investimentos. O investimento em empresa controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial. O Resultado dessa equivalência tem como contrapartida uma conta de resultado operacional. l) Imobilizado. O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis às aquisições dos itens. Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida

obtido nos serviços ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorções relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de uma companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. O responsável pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidade do profissional sobre a revisão das demonstrações contábeis. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles inter-

nos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Laguna/SC, 01 de março de 2022. **MARCOS DANILO VIANA - Contador – CRC/RS Nº. 030.003/O-2/7/SC S/RJ. CPF: 123.871.000-00. OMV AUDITORES E CONSULTORES - CRC/SC Nº. 3.628-S/RJ.**

mento obtido nos serviços ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorções relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de uma companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. O responsável pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidade do profissional sobre a revisão das demonstrações contábeis. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles inter-

nos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Laguna/SC, 01 de março de 2022. **MARCOS DANILO VIANA - Contador – CRC/RS Nº. 030.003/O-2/7/SC S/RJ. CPF: 123.871.000-00. OMV AUDITORES E CONSULTORES - CRC/SC Nº. 3.628-S/RJ.**

nos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Laguna/SC, 01 de março de 2022. **MARCOS DANILO VIANA - Contador – CRC/RS Nº. 030.003/O-2/7/SC S/RJ. CPF: 123.871.000-00. OMV AUDITORES E CONSULTORES - CRC/SC Nº. 3.628-S/RJ.**

nos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Laguna/SC, 01 de março de 2022. **MARCOS DANILO VIANA - Contador – CRC/RS Nº. 030.003/O-2/7/SC S/RJ. CPF: 123.871.000-00. OMV AUDITORES E CONSULTORES - CRC/SC Nº. 3.628-S/RJ.**

nos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Laguna/SC, 01 de março de 2022. **MARCOS DANILO VIANA - Contador – CRC/RS Nº. 030.003/O-2/7/SC S/RJ. CPF: 123.871.000-00. OMV AUDITORES E CONSULTORES - CRC/SC Nº. 3.628-S/RJ.**

nos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Laguna/SC, 01 de março de 2022. **MARCOS DANILO VIANA - Contador – CRC/RS Nº. 030.003/O-2/7/SC S/RJ. CPF: 123.871.000-00. OMV AUDITORES E CONSULTORES - CRC/SC Nº. 3.628-S/RJ.**

nos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Laguna/SC, 01 de março de 2022. **MARCOS DANILO VIANA - Contador – CRC/RS Nº. 030.003/O-2/7/SC S/RJ. CPF: 123.871.000-00. OMV AUDITORES E CONSULTORES - CRC/SC Nº. 3.628-S/RJ.**

nos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Laguna/SC, 01 de março de 2022. **MARCOS DANILO VIANA - Contador – CRC/RS Nº. 030.003/O-2/7/SC S/RJ. CPF: 123.871.000-00. OMV AUDITORES E CONSULTORES - CRC/SC Nº. 3.628-S/RJ.**

nos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Laguna/SC, 01 de março de 2022. **MARCOS DANILO VIANA - Contador – CRC/RS Nº. 030.003/O-2/7/SC S/RJ. CPF: 123.871.000-00. OMV AUDITORES E CONSULTORES - CRC/SC Nº. 3.628-S/RJ.**

nos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito,

## FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.

CNPJ/MF Nº 01.629.083/0001-45

BALANÇO PATRIMONIAL (Valores em milhares de reais)				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Valores em milhares de reais)			
		31/dez./2021	31/dez./2020			31/dez./2021	31/dez./2020
<b>ATIVO</b>				<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>		76.723	70.760
<b>CIRCULANTE</b>		9.237	12.169	<b>DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA</b>		(3.245)	(2.998)
Caixa e equivalentes de caixa		95	637	Impostos incidentes		(3.245)	(2.998)
Clientes		2.587	7.036	<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		73.478	67.762
(-) Provisão de Créditos de Liquidez Duvidosa		(313)	(1.579)	<b>CUSTO OPERACIONAL</b>		(41.317)	(35.731)
Tributos a recuperar		3.859	3.712	<b>RESULTADO BRUTO</b>		32.161	32.031
Adiantamentos		290	326	<b>DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS</b>		(10.512)	(10.655)
Estoques		2.533	1.883	Despesas administrativas e gerais		(10.776)	(10.634)
Despesas do exercício seguinte		186	154	Outras despesas operacionais		(169)	(125)
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		247.975	245.494	Outras receitas operacionais		433	104
Realizável a longo prazo		2.104	2.074	<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		21.649	21.376
Créditos judiciais		686	686	<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>		(15.935)	(11.744)
Depósitos judiciais		1.345	1.315	Despesas financeiras		(16.029)	(11.835)
Valores a receber longo prazo		73	73	Receitas financeiras		94	91
<b>Investimento</b>		174.530	164.117	<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IRPJ E CSLL</b>		5.714	9.632
Imobilizado		26.682	25.312	<b>PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL</b>		(2.565)	(2.294)
Intangível		44.659	53.991	<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		3.149	7.338
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		257.212	257.663	Por ação do capital social		0,93	2,16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Valores em milhares de reais)				
	Reser-	Resul-		
	Capital	va de	dos Acu-	Total
	Social	Lucros	mulados	
Saldos em 01 de Janeiro de 2020	12.299	2.459	-	14.758
Lucro do Exercício	-	-	7.338	7.338
Dividendos de 2020 a Distribuir	-	-	(7.338)	(7.338)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	12.299	2.459	-	14.758
Lucro do Exercício	-	-	3.149	3.149
Dividendos de 2021 a Distribuir	-	-	(3.149)	(3.149)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	12.299	2.459	-	14.758

**NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.** (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) 1 – Contexto Operacional - Informações gerais. A Ferrovia Tereza Cristina S.A. (FTC), foi constituída em dezembro de 1996, tendo como atividade principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de cargas, em conformidade com o Contrato de Concessão, firmado com a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, em 28 de janeiro de 1997 e de Arrendamento, com a Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), de acordo com o Edital nº PND/A-07/96/RFFSA, decorrente do Programa Nacional de Desestatização (PND) conforme Decreto nº 473 de 10 de março de 1992 que incluiu a RFFSA no referido Programa. Todos os bens vinculados ao Contrato de Arrendamento, como locomotivas, vagões, via permanente e instalações da malha Tereza Cristina da unidade de Tubarão/SC, estão sob a administração da FTC. Os Contratos de Concessão da malha ferroviária e de Arrendamento dos bens da RFFSA foram firmados em 28 de janeiro de 1997, pelo prazo de 30 anos. A Ferrovia Tereza Cristina S.A. é uma sociedade anônima com sede no Rio de Janeiro Estado do Rio de Janeiro. Seus acionistas controladores são: Santa Lúcia Concessões Públicas S.A. e APPLY Participações Ltda. A emissão dessas Demonstrações Contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração. 2 - Resumo das principais práticas contábeis. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. 2.1 – Alteração em políticas adotadas. A única alteração que companhia adotou inicialmente em suas políticas contábeis, foi com relação a adequação ao modelo CPC 06 (R2)/IFRS 16 em 1º de Janeiro de 2019, para o contrato de arrendamento dos bens operacionais firmado com a União Federal. 2.2 – CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil. O CPC 06 (R2)/IFRS 16 substitui as normas de arrendamentos até então existentes. Introduziu um modelo único de contabilização de arrendamento no balanço patrimonial para arrendatários a partir de 1º de janeiro de 2019. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A Companhia adotou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019 ao contrato celebrado com a União para os bens utilizados na concessão de sua malha ferroviária, antes de 1º de janeiro de 2019 e ainda vigentes após essa data. O ativo de arrendamento, inicialmente, foi igual ao passivo de arrendamento remanescente. A Companhia detém compromissos significativos decorrentes de contratos de arrendamento classificados anteriormente como operacional, principalmente, o contrato de arrendamento junto ao Poder Concedente vinculado a Concessão. O valor do arrendamento com o Poder Concedente foi utilizado a taxa média ponderada de 11,04% ao ano. Na adoção inicial, o passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos remanescentes, descontado pela taxa de desconto informada e ajustado pelo saldo já reconhecido no balanço imediatamente antes da data da adoção inicial. O ativo de direito de uso, para o arrendamento anteriormente classificado como arrendamento operacional, foi reconhecido com o valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor dos pagamentos antecipados. A Companhia não aplicou o procedimento para o reconhecimento dos arrendamentos de curto prazo e para os ativos de baixo valor. Esses arrendamentos continuam sendo reconhecidos como custo ou despesa na demonstração do resultado. A Companhia optou por utilizar a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da adoção inicial é reconhecida como um ajuste de abertura no saldo dos resultados acumulados em 1º de janeiro de 2019. 2.3 Base de preparação. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, em conjunto com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. A preparação de Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Contábeis, estão divulgadas em nota. 2.4 Caixa e equivalente de caixa. Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com vencimentos originais de liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor. 2.5 Ativos financeiros. 2.5.1 Classificação e mensuração. A Concessionária classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade, para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. b) Créditos e recebíveis. Os créditos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os créditos e recebíveis da Concessionária compreendem "Contas a receber derivado da venda à prazo de serviços de transporte de cargas e Receitas Extraordinárias e demais contas a receber" e "Caixa e equivalente de caixa". c) Ativos financeiros disponíveis para venda. Os ativos financeiros não derivativos estão disponíveis para venda, e são classificados no ativo não circulante. Os investimentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. 2.5.2 Reconhecimento e mensuração. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. São mensurados pelo custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, lançado em conta de resultado. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. 2.5.3 Impairment de ativos financeiros. a) Ativos classificados como disponível para venda. A Concessionária avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável. 2.6 Clientes. A conta Clientes corresponde aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços de transportes ferroviários de cargas, receitas alternativas e prestação de serviços no decurso normal das atividades. É reconhecida pelo valor futuro. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, será classificada no ativo circulante, caso contrário, será apresentada no ativo não circulante. 2.7 Estoques. Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoque obsoleto, inservíveis ou sem movimentação. O custo do estoque é determinado pelo método da média ponderada. 2.8 Imobilizado. O imobilizado está demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis às aquisições dos itens. Os custos subsequentes, conforme apropriados são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, abaixo demonstrado.

ANOS		31/dez./2021	31/dez./2020
Equipamentos de sinalização	10		
Aparelhos e equip. de telecomunicações	10		
Equipamentos, máquinas e ferramentas	10		
Veículos	5		
Móveis e Utensílios	5		
Equipamentos eletrônicos de dados	10		
Sistema aplicativos e software	5		
Sistema de gestão corporativa	5		
Outros imobilizados	10		
Beneficiárias em propriedade de terceiros	10		

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas/receitas, líquidos" na Demonstração do Resultado. 2.9 Ativos intangíveis. Ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, são apresentados ao custo menos amortização acumulada de acordo com as normas. a) Softwares. As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos quando de sua aquisição ou quando estejam prontas para serem utilizadas. Estes custos são amortizados durante sua vida útil estimável. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. b) Contrato de Concessão e Arrendamento. Os Contratos de Concessão e Arrendamento foram reconhecidos no ativo intangível e no passivo e estão sendo amortizados pelo período remanescente dos mesmos. Os juros provisionados de acordo com a taxa média ponderada, conforme nota 2.2 estão sendo reconhecido mensalmente na conta de resultado.

2.10 Contas a pagar aos fornecedores. As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Normalmente são reconhecidas ao valor da fatura correspondente. 2.11 Provisões. As provisões para ações judiciais, trabalhista e civil são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança. 2.12 Imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes, são calculados sobre a receita bruta, tomando por base a presunção da receita e aplicando a tabela de cálculo para o lucro presumido do exercício, conforme legislação vigente e são reconhecidas na Demonstração do Resultado. São calculados com base nas leis tributárias promulgadas até a data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. 2.13 Capital social. O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais, todas sem valor nominal. 2.14 Reconhecimento da receita. As Receitas dos Serviços Ferroviários são reconhecidas pelo regime de competência, com base na prestação dos serviços ferroviários e corresponde ao valor justo da contra prestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos tributos, dos abatimentos e dos descontos. As Receitas alternativas são reconhecidas pelo regime de competência, referente aos serviços prestados ou pelo aluguel de material rodante. a) Receita financeira. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. 2.15 Custo dos serviços prestados. Os custos dos serviços prestados são reconhecidos pelo regime de competência e são computados no mesmo exercício que correspondem às receitas incorridas. 2.16 Distribuição de dividendos. A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Contábeis da Companhia, com base no estatuto social da mesma. 3 Julgamento e uso de estimativas contábeis. A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas, na preparação das demonstrações financeiras, são os passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto com o departamento jurídico da empresa. 4 Caixa e equivalentes de caixa. Os valores apresentados como disponibilidade, estão assim representados.

	31/dez./2021	31/dez./2020
Caixa e equivalentes de Caixa	95	637
	95	637

5 Ativos financeiros. O principal ativo financeiro está representado por debêntures com participação no lucro da emissora, e está apresentado abaixo.

	31/dez./2021	31/dez./2020
Debêntures	174.525	164.113

6 Contas a receber de clientes. As contas a receber de clientes, em sua totalidade a curto prazo, estão assim representadas.

	31/dez./2021	31/dez./2020
Contas a receber de clientes	2.587	7.036

7 Estoques. Os estoques da empresa representam materiais para sua operacionalização, contendo materiais de manutenção, combustível, estoque em processo e itens de almoxarifado.

	31/dez./2021	31/dez./2020
Estoques	2.533	1.883

8 Tributos a recuperar. Os tributos a recuperar tem sua origem conforme segue:

	31/dez./2021	31/dez./2020
ICMS a recuperar	3.823	3.676
PIS e COFINS a compensar	18	18
Outros	18	18
	3.859	3.712

9 Intangível. A movimentação referente ao ativo intangível e seu saldo contábil líquido estão demonstrados abaixo.

	Amortização	Valor Taxa média anual		
	Custo	Acumulada	Líquido	de Amortização
	1.927	(1.806)	121	20%

A taxa de amortização dos ativos intangíveis, exceto o arrendamento, foi estimada em 20% ao ano. O Contrato de Arrendamento no valor de R\$ 71.917, foi reconhecido no Ativo Intangível a partir de 01 de janeiro de 2019 pelo seu valor remanescente até dezembro de 2026 e está sendo amortizado mensalmente pelo período de 93 meses. 10 Imobilizado. O imobilizado está representado pelas seguintes contas, em data de 31.dez.2021

	Depreciação	Taxa média		
	Custo	Amortizada	Valor anual de De-	preciação
Equipamentos de sinalização	1.570	(850)	720	10%
Aparelhos e equip. de telecomunicações	1.094	(663)	431	10%
Equipamentos, máquinas e ferramentas	2.761	(2.315)	446	20%
Veículos	26	(26)	-	20%
Móveis e Utensílios	500	(385)	115	10%
Equipamentos eletrônicos de dados	857	(726)	131	20%
Beneficiárias em propriedade de terceiros	62.930	(39.878)	23.052	10%
Imobilizações em andamento	102	-	102	-
Outros imobilizados	2.127	(442)	1.685	10%
	71.967	(45.285)	26.682	

As taxas de depreciação são baseadas no tempo de vida útil econômica do bem, conforme nota nº 2.9 11 Fornecedores. As obrigações com fornecedores de materiais e serviços estão classificadas no passivo circulante, demonstradas a seguir.

	31/dez./2021	31/dez./2020
Contas a pagar aos Fornecedores	2.217	1.348

12 Obrigações sociais e trabalhistas. As obrigações sociais e trabalhistas, estão demonstradas a seguir.

	31/dez./2021	31/dez./2020
Salários e encargos	681	585
Provisão para férias e 13º salário	1.091	946
	1.772	1.531

13 Impostos e contribuições a recolher. Os impostos e contribuições a recolher tem sua origem da seguinte forma.

	31/dez./2021	31/dez./2020
PIS e COFINS	93	215
IRPJ e CSLL	541	514
Imposto de renda retido na fonte	127	103
INSS de terceiros a recolher	28	27
Outros	32	29
	821	888

14 Parcelas do Arrendamento e Concessão. As parcelas de arrendamento e concessão foram provisionadas para pagamento em parcelas trimestrais no exercício seguinte e estão demonstradas abaixo.

	31/dez./2021	31/dez./2020
Arrendamento	20.897	15.179
Concessão	1.147	799
	22.044	15.978

15 Operações com debêntures. 15.1 Debêntures emitidas. Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 28 de fevereiro de 1998, foram emitidas 1.100.000 debêntures privadas simples, não conversíveis em ações, em duas séries, no valor nominal de R\$ 100,00 cada, com vencimento final em 28 de fevereiro de 2018, sendo o período de rendimentos coincidente com o vencimento final. A primeira série, correspondente a 300.000 debêntures, são remuneradas pela variação acumulada da taxa da ANBID, juros 12% ao ano e prêmio de 8,5% ao ano. A segunda série, correspondente a 800.000 debêntures, são remuneradas através da participação no lucro líquido da emissora. Através do "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures, em Duas Séries, da Companhia", firmado em 15 de outubro de 2008, foi aumentado o número de debêntures da 2ª serie dessa mesma emissão, passando de 200.000 para 800.000. Em virtude da descontinuidade da divulgação da taxa ANBID, foi decidido através da Reunião de Diretoria realizada em 27.12.2012, substituí-la pela taxa SELIC. Na Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 19 de setembro de 2020 e com a concordância dos debenturistas, ficou decidido que a remuneração máxima para as debêntures será de 9% (nove por cento) ao ano, fixo e sem correção monetária, composto anualmente, até o vencimento das debêntures. Através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11.12.2013, foi decidido prorrogar o vencimento dessas debêntures para 28.02.2028. Todas as debêntures dessa emissão não gozam de garantia, subordinando-se aos credores quirografários, preferindo apenas aos acionistas no ativo remanescente, se houver, em caso de liquidação da emissora, na forma prevista no art. 58, parágrafo 4º da Lei nº 6.404/1976. Estão no mercado 35.003 debêntures da 1ª série dessa emissão, no valor de R\$ 193.855 mil, atualizada até 31.dez.2021, registradas contabilmente no Passivo Não Circulante. 15.2 Debêntures adquiridas. A empresa adquiriu 1.745.254 debêntures de empresa privada, no

valor de R\$ 174.525 mil, tendo como forma de remuneração a participação no lucro líquido da emissora; todas estas debêntures são vinculáveis a longo prazo e serão mantidas até o vencimento, registradas no Ativo Não Circulante.

16 Instrumentos financeiros. Os principais instrumentos financeiros da Companhia são apresentados a seguir.

Classificação Não circulante 2021 2020

Mantidos até o vencimento Debêntures – ativas 174.525 164.113

Passivos financeiros Debêntures – passivas 193.855 177.849

Os instrumentos financeiros acima são decorrentes das debêntures adquiridas de empresas privadas qualificadas como "mantidos até o vencimento" e as debêntures de sua emissão e negociadas com empresas privadas qualificadas como "passivos financeiros", cujos valores contábeis aproximam-se dos correspondentes valores de realização. 16.1 Risco de liquidez. Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São mensurados pelo custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais. 17 Provisão para contingências. A empresa possui processos de natureza trabalhista, para os quais foram constituídas provisões no montante de R\$ 950 mil, considerado suficiente para fazer face à possibilidade de perdas, de acordo com estimativa de seus advogados. a) Trabalhistas. A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais. 18 Capital social e reservas. 18.1 Capital social. O capital social está representado por 3.394.234 ações, sem valores nominais, divididas em 1.697.117 ações ordinárias e 1.697.117 ações preferenciais. O capital social está inteiramente subscrito e integralizado pelos seus acionistas, pessoas jurídicas e físicas, domiciliadas no País. Aos acionistas são garantidos dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado do exercício, nos termos da Lei nº 6.404/1976 e suas alterações. 18.2 Reserva legal. A companhia possui provisionado uma reserva legal no valor de R\$ 2.459 mil, conforme determinação legal. 19 Receitas. As receitas brutas, as deduções incidentes e a receita líquida, são demonstradas a seguir:

	31/dez./2021	31/dez./2020
Receita de transporte de cargas	75.711	69.798
Receitas alternativas	1.012	962
Tributos incidentes sobre as receitas	(3.245)	(2.998)
Receita líquida	73.478	67.762

20 Custos de transporte de cargas. Os custos associados à Receita dos Serviços de Transporte de Cargas são sumarizados e apresentados com a seguinte composição:

	31/dez./2021	31/dez./2020
Custos com Pessoal	7.782	7.344
Peças, Partes e Componentes	5.460	3.948
Serviços de Terceiros	3.255	2.510
Custo de Aluguel e Arrendamentos	824	900
Depreciação e Amortização	11.527	11.314
Combustíveis e Lubrificantes	7.724	5.051
Custo de arrendamento e concessão	4.081	4.081
Custos Gerais	664	583
	41.317	35.731

21 Despesas/Receita operacionais. a) Despesas administrativas. As despesas administrativas estão demonstradas a seguir.

	31/dez./2021	31/dez./2020
Pessoal	4.014	3.882
Encargos sociais	1.070	1.112
Serviços contratados	3.000	2.936
Material	156	225
Depreciação	494	433
Outras	2.	

### FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.

CNPJ/MF Nº 01.629.083/0001-45

reas brasileiras. Este contrato foi assinado em novembro de 1996, sendo que as operações iniciaram em fevereiro de 1997. O prazo total da concessão e do arrendamento é de 30 anos, sendo estabelecido o seu fim em dezembro de 2026. O prazo de carência foi de 24 meses a partir do seu início, sendo o pagamento da concessão e do arrendamento compostos de 112 parcelas trimestrais, atualizadas pelo IGP-DI. O valor correspondente à primeira parcela paga no ato para aquisição do direito de concessão e do arrendamento está contabilizado em "Ativo Intangível" e está sendo amortizado de acordo com o prazo da concessão e do arrendamento.

Bens objeto da concessão e arrendamento:

- Máquinas e equipamentos para manutenção de locomotivas, vagões e Via Permanente;
- Infra-estrutura e superestrutura da Via Permanente;
- Locomotivas, Vagões e Veículos rodoviários e ferroviários;
- Prédios, Instalações e Terrenos.

**Diretores:** Benony Schmitz Filho, Luis Mario Novochadlo, Paulo Eduardo Canalles.  
**Contador:** anoel Acacio Braga - CRC/SC 14.479/O-1

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.** Aos **Acionistas e Administradores da Companhia ferrovia tereza cristina s.a. Rio de Janeiro - RJ. Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia **FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia **ferrovia tereza cristina s.a.**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria.** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.** A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realiza-

do, concluirmos que há distorções relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. O responsável pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropria-

pagamento pelo uso de acordo com o mercado e indenização pelos danos causados pela falta de manutenção dos referidos bens pela Ferroeste. Em 19 de fevereiro de 2019, houve o trânsito em julgado de decisão do TRF 4 favorável à Ferrovia Tereza Cristina S.A. A Companhia iniciará o procedimento para execução da indenização apurada no processo em referência. **28 Continuidade dos negócios.** A administração após analisar a capacidade econômica e financeira da Companhia, concluiu que a mesma tem condições em continuar suas operações em um futuro previsível. **29 Eventos subsequentes.** Ao elaborar as demonstrações contábeis, a administração não identificou eventos subsequentes relevantes, entre a data do Balanço Patrimonial e a data de emissão das Demonstrações Contábeis. **30 Seguros**

**ATIVOS**  
**Valor segurado em 31/dez./2021**

Responsabilidade Civil Geral	5.025
Responsabilidade Civil do Transportador	6.000
Riscos Operacionais	8.630
Automóveis	150
<b>Total</b>	<b>19.805</b>

A cobertura pelos seguros é considerada suficiente pela Administração, para cobrir eventual sinistro.

### BRASTURINVEST INVESTIMENTOS TURÍSTICOS S.A.

CNPJ-MF 03.422.594/0001-17

**Relatório da Diretoria:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Sociedade, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2021, que se encontra na íntegra na sede da sociedade. A Diretoria encontra-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro - Em milhares de reais			
Notas	31/12/2021	31/12/2020	
<b>Ativos</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.448	4.429
Contas a receber de clientes	8	6.269	3.967
Partes relacionadas	9	65	795
Impostos a recuperar	10	80	411
Despesas a apropriar - Pestana Vacation Club	11	2.782	2.086
Outros ativos	12	3.438	801
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>16.082</b>	<b>12.489</b>
<b>Não circulante</b>			
Aplicações financeiras vinculadas a garantias	13	-	571
Despesas a apropriar - Pestana Vacation Club	11	5.623	7.696
Depósitos judiciais	14	13.540	10.427
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	-	710
Imobilizado	16	263.941	272.955
Outros ativos	12	6.750	-
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>289.854</b>	<b>292.359</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>305.936</b>	<b>304.848</b>

Passivos e patrimônio líquido			
Notas	31/12/2021	31/12/2020	
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	17	12.649	13.595
Partes relacionadas	17	134	60
Salários e encargos sociais	17	3.380	2.842
Adiantamentos de clientes	17	1.021	874
Receita diferida - Pestana Vacation Club	11	8.089	6.063
Impostos e taxas a recolher	18	870	1.066
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>26.143</b>	<b>24.500</b>
<b>Não circulante</b>			
Receita diferida - Pestana Vacation Club	11	16.706	22.730
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	1.105	-
Provisão para contingências	19	24.629	25.074
Outros Passivos	12	2.162	2.113
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>44.602</b>	<b>49.917</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>70.745</b>	<b>74.417</b>
Capital social	20	157.239	143.630
Ajustes de avaliação patrimonial - custo atribuído	20	88.518	90.720
Resultados acumulados		(10.566)	(3.919)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>235.191</b>	<b>230.431</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>305.936</b>	<b>304.848</b>

**Demonstrações do resultado exercícios findos em 31 de dezembro**  
Em milhares de reais

Notas	31/12/2021	31/12/2020	
<b>Demonstração do resultado</b>			
Receita líquida de vendas	21	32.076	29.331
Custo dos serviços prestados	22	(30.761)	(29.451)
<b>Lucro/(prejuízo) bruto</b>		<b>1.315</b>	<b>(120)</b>
Provisão de perda de crédito esperada	8	705	64
Despesas de vendas	23	(1.202)	(17)
Despesas gerais e administrativas	23	(24.144)	(24.437)
Outras receitas e despesas operacionais	24	15.266	946
<b>Lucro operacional</b>		<b>(8.060)</b>	<b>(23.564)</b>
Resultado financeiro líquido	25	-	-
Despesas financeiras		(3.273)	(4.090)
Receitas financeiras		380	2.246
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(10.953)</b>	<b>(25.408)</b>
Imposto de renda e contribuição social Diferido	26	(1.815)	8.497
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(12.768)</b>	<b>(16.911)</b>
Média ponderada de ações no exercício		342.553	331.199
Prejuízo líquido do exercício		(12.768)	(16.911)
Resultado abrangente do período		-	-
<b>Resultado abrangente total</b>		<b>(12.768)</b>	<b>(16.911)</b>

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2022. Francisco Gustavo Riveros Jarussi - Diretor Presidente; Pedro Miguel Nunes Pires - Diretor Financeiro; José Carlos de Melo Graça de Macedo - Diretor Administrativo; Wilson de Santana - Contador - CRC-RJ 096947/O-8.

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.** Aos **Diretores e Acionistas Brasturinvest Investimentos Turísticos S.A.**, Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Brasturinvest Investimentos Turísticos S.A. Companhia, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasturinvest Investimentos Turísticos S.A. em 31 de dezembro de 2021, bem como o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável

pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos

procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Rio de Janeiro, 14 de março de 2022. **PREMIUMBRAVO Auditores Independentes - CRC RJ - 004216/8; Luis Aurélio Barreto - Contador CRC RJ- 076875/0.**

## Rio de Janeiro

Sábado, 19. domingo, 20 e segunda-feira 21 de março de 2022 – Diário Comercial – 04

### CIDADE MARAVILHOSA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ROUPAS S.A.

CNPJ/ME nº 09.611.669/0001-94 - NIRE 33.3.0033913-2

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA 11/03/22: 1. Data, Hora e Local:** Em 11/03/22, às 15 horas, por meio de videoconferência, considerada realizada na sede social da **CIDADE MARAVILHOSA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ROUPAS S.A.** ("Companhia"), localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Bruce, nº 551, Parte, São Cristóvão, CEP 20921-030. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia em face da presença de acionista representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Gabriel Silva Lobo Leite; e Secretário: Rodrigo Cardozo Martins. **4. Ordem do Dia:** Nos termos do artigo 59, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), deliberar sobre: (i) a realização, pela Companhia, de sua 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor de R\$ 270.000.000,00 (duzentos e setenta milhões de reais) ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16/01/09, conforme alterada ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente) e do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfica, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Cidade Maravilhosa Indústria e Comércio de Roupas S.A.", a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de emissora das Debêntures, a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, bloco 7, 2º andar, sala 201, Barra da Tijuca, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME"), sob o nº 36.113.876/0001-91, para representar a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures ("Debenturistas" e "Agente Fiduciário", respectivamente) e o **GRUPO DE MODA SOMA S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Pasteur, nº 154, Botafogo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.285.590/0001-08, como interveniente atuante ("Fiadora" e "Escritura de Emissão", respectivamente); (ii) a delegação de poderes à Diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente, por meio de procuradores, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias e/ou convenientes à realização, formalização, efetivação, implementação, administração e/ou aperfeiçoamento das deliberações tomadas nesta Assembleia Geral Extraordinária, objetivando a Emissão e a Oferta Restrita, incluindo, mas não se limitando a (1) contratar a instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com a finalidade de coordenar e proceder à distribuição pública das Debêntures, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Lei nº 6.395, de 07/12/1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários") e da Instrução CVM 476 ("Coordenador Líder"), podendo, para tanto, negociar e assinar o respectivo instrumento de contratação e eventuais alterações; (2) contratar os demais prestadores de serviço para realização da Oferta Restrita, que incluem, mas não se limitam ao Agente de Liquidação (conforme abaixo definido), ao Escriturador (conforme abaixo definido), ao Agente Fiduciário, aos assessores legais, à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3"), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações; (3) negociar e definir os termos e as condições adicionais específicos das Debêntures e da Emissão; (4) negociar e celebrar todos os documentos relativos às Debêntures e à Oferta Restrita, incluindo, mas não se limitando, (a) à Escritura de Emissão; (b) ao "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, Sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfica, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, da 2ª (segunda) Emissão da Cidade Maravilhosa Indústria e Comércio de Roupas S.A.", a ser celebrado entre a Companhia, a Fiadora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição"); bem como, (c) os eventuais aditamentos aos instrumentos acima mencionados e todos e quaisquer outros documentos a eles acessórios, correlatos e necessários para a devida formalização e efetivação da Emissão e da Oferta Restrita; e (5) registrar a Oferta Restrita perante a B3 e aos demais órgãos competentes, conforme aplicável; e (iii) a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela Diretoria da Companhia e/ou por seus procuradores, em relação à Ordem do Dia acima. **5. Deliberações:** Após leitura, análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia acima, sem qualquer oposição, ressalva, restrição ou protesto, foram aprovadas as seguintes deliberações, por unanimidade: **5.1** A realização da Emissão, pela Companhia, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e da Instrução CVM 476, com as seguintes principais características e condições, as quais serão detalhadas e reguladas na Escritura de Emissão: **1. Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R\$ 270.000.000,00 (duzentos e setenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida) ("Valor Total da Emissão"); **2. Séries:** A Emissão será realizada em 1 (uma) única série; **3. Número da Emissão:** As Debêntures representarão a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Companhia; **4. Quantidade:** Serão emitidas 270.000 (duzentas e setenta mil) Debêntures; **5. Valor Nominal Unitário:** As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); **6. Data de Emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela prevista na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"); **7. Prazo e Data de Vencimento:** Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de 48 (quarenta e oito) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se em data a ser prevista na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento"); **8. Colocação:** As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, com esforços restritos, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 476, das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis e do Contrato de Distribuição, com a intermediação do Coordenador Líder, tendo como público alvo investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 11 da Resolução da CVM nº 30, de 11/05/21, conforme alterada ("Investidores Profissionais" e "Resolução CVM 30", respectivamente). As Debêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição, desde que ofertado em igualdade de condições a todos os investidores em cada data de subscrição; **9. Prazo de Subscrição:** Respeitado o atendimento dos requisitos a serem previstos na Escritura de Emissão, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta Restrita, observado o disposto no artigo 8º, §2º da Instrução CVM 476; **10. Forma e Preço de Subscrição e de Integralização:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas no mercado primário, por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, à vista e em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, em uma ou mais datas, (i) pelo Valor Nominal Unitário, na primeira data de sua efetiva subscrição e integralização ("Primeira Data de Integralização"), de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da B3; ou (ii) em outra data posterior à Primeira Data de Integralização, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme abaixo definida), calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização até a data de sua efetiva integralização ("Preço de Subscrição"); **11. Depósito para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica:** As Debêntures serão depositadas para: (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) observado o disposto no item abaixo, negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da B3 e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. **12. Negociação:** As Debêntures serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais, exceção feita às Debêntures subscritas pelo Coordenador Líder em decorrência do exercício da garantia firme de colocação, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM 476, observado o cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476 e as normas e condutas previstas no artigo 12 da Instrução CVM 476; **13. Conversibilidade:** As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia; **14. Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirográfica e contarão com garantia fidejussória adicional; **15. Tipo, Forma e Comprovação de Titularidade:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato das Debêntures emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato emitido pela B3, em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na B3; **16. Escriturador:** A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, bloco 7, 2º andar, sala 201, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0001-91 ("Escriturador"); **17. Agente de Liquidação:** A instituição prestadora de serviços

de agente de liquidação das Debêntures é a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, bloco 7, 2º andar, sala 201, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0001-91 ("Agente de Liquidação"); **18. Fiança:** Para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração e, se aplicável, dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definidos), multas, indenizações, penalidades, despesas, custas, honorários arbitrados em juízo, comissões e demais encargos contratuais e legais previstos, bem como a remuneração do Agente Fiduciário, do Agente de Liquidação, do Escriturador e todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos Debenturistas decorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão ("Valor Garantido"), bem como o cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas, pela Companhia, nos termos da Escritura de Emissão, a Fiadora, se obriga, em caráter irrevogável e irratável, de forma solidária com a Companhia, perante os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, como principal pagadora, nos termos dos artigos 818 e 822 da Lei nº 10.406, de 10/01/2002, conforme alterada ("Código Civil" e "Fiança", respectivamente). A Fiança é outorgada, pela Fiadora, desde a Data de Emissão até o pagamento integral do Valor Garantido; **19. Pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado semestralmente, após 12 (doze) meses de carência, sempre nos meses de março e setembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em março de 2023 e o último na Data de Vencimento, conforme cronograma e datas a serem estabelecidas na Escritura de Emissão; **20. Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; **21. Juros Remuneratórios:** Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de sobretaxa de 2,10% (dois inteiros e dez centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente, nos meses de março e setembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em setembro de 2022 e o último na Data de Vencimento, conforme datas a serem estabelecidas na Escritura de Emissão. A Remuneração será calculada de acordo com a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão; **22. Indisponibilidade da Taxa DI:** Observado o disposto na Escritura de Emissão, no caso de indisponibilidade temporária, ausência da apuração e/ou divulgação e/ou limitação da Taxa DI e/ou em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária a ser prevista na Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo ("Data do Evento DI"), não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Companhia, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva; **23. Repactuação Programada:** Não haverá repactuação programada; **24. Oferta de Resgate Antecipado:** A Companhia poderá realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado total ou parcial das Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e as condições a serem previstos na Escritura de Emissão ("Oferta de Resgate Antecipado"); **25. Resgate Antecipado Facultativo:** Não será admitido o resgate antecipado facultativo total ou parcial das Debêntures; **26. Amortização Extraordinária Facultativa:** Não será admitida a amortização extraordinária facultativa das Debêntures; **27. Aquisição Facultativa:** A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no artigo 55, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e na Instrução CVM nº 620, de 17/03/20, conforme alterada. As Debêntures adquiridas, pela Companhia, poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos da Escritura de Emissão, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures; **28. Direito ao Recebimento dos Pagamentos:** Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão, aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento; **29. Local de Pagamento:** Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão, serão realizados (i) pela Companhia, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, à Remuneração e aos Encargos Moratórios, e em relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio da B3; ou (ii) pela Companhia, nos demais casos, por meio do Escriturador ou na sede da Companhia, conforme o caso; **30. Prorrogação dos Prazos:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação a ser prevista na Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Para os fins da Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; **31. Encargos Moratórios:** Sem prejuízo da Remuneração e dos Eventos de Inadimplemento (conforme abaixo definidos), ocorrendo impuntualidade no pagamento, pela Companhia, de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos, pela Companhia, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) multa moratória, não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, ambos incidentes sobre o valor devido e não pago ("Encargos Moratórios"); **32. Vencimento Antecipado:** Observado o disposto nas Cláusulas 6.26.1 e 6.26.2 da Escritura de Emissão, poderão ser declaradas vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, devendo o Agente Fiduciário, assim que ciente, comunicar em até 1 (um) Dia Útil de tal fato, através de notificação, à Companhia, na ocorrência das hipóteses a serem previstas na Escritura de Emissão ("Eventos de Inadimplemento"); **33. Destinação dos Recursos:** Os recursos líquidos obtidos pela Companhia, com a Emissão das Debêntures, serão integralmente utilizados para (i) alongamento do perfil de dívidas da Companhia; e (ii) reforço e composição de caixa da Companhia; e **34. Demais Condições:** As demais características da Emissão e da Oferta Restrita constarão na Escritura de Emissão. **5.2** A delegação de poderes à Diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente, por meio de procuradores, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias e/ou convenientes à realização, formalização, efetivação, implementação, administração e/ou aperfeiçoamento das deliberações aqui substanciadas, objetivando a Emissão e a Oferta Restrita, incluindo, mas não se limitando a (1) contratar o Coordenador Líder, podendo, para tanto, negociar e assinar o respectivo instrumento de contratação e eventuais alterações; (2) contratar os demais prestadores de serviço para realização da Oferta Restrita, que incluem, mas não se limitam ao Agente de Liquidação, ao Escriturador, ao Agente Fiduciário, aos assessores legais, à B3, dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações; (3) negociar e definir os termos e as condições adicionais específicos das Debêntures e da Emissão; (4) negociar e celebrar todos os documentos relativos às Debêntures e à Oferta Restrita, incluindo, mas não se limitando, (a) à Escritura de Emissão; (b) ao Contrato de Distribuição; bem como, (c) os eventuais aditamentos aos instrumentos acima mencionados e todos e quaisquer outros documentos a eles acessórios, correlatos e necessários para a devida formalização e efetivação da Emissão e da Oferta Restrita; e (5) registrar a Oferta Restrita perante a B3 e aos demais órgãos competentes, conforme aplicável; e **5.3** A ratificação de todos os atos já praticados, pela Diretoria da Companhia e/ou pelos procuradores por esta nomeados, relacionados às deliberações acima tomadas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi declarada encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Rio de Janeiro, 11/03/22. **MESA:** Gabriel Silva Lobo Leite - **Presidente;** Rodrigo Cardozo Martins - **Secretário.** **ACIONISTA: GRUPO DE MODA SOMA S.A.** - Gabriel Silva Lobo Leite - **Diretor Financeiro e de Relação com Investidores;** Rodrigo Cardozo Martins - **Diretor Executivo.**

### HMOBI PARTICIPAÇÕES S.A. - HMOBI

CNPJ 40.159.947/0001-64

**Errata:** Nas Demonstrações financeiras publicadas na edição de 18/03/2022 neste jornal saíram com as seguintes incorreções: Nas Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31/12/2021 e de 2020, onde se lê Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações (Em reais) 20 (0,00004) (0,3226) (0,00013), leia-se Lucro básico e diluído por lote de mil ações (Em reais) 20 0,00004 (0,3226) (0,00013). Notas explicativas às informações contábeis, 20. Resultado por ação: onde se lê - Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários (90,977), leia-se Lucro atribuível aos acionistas ordinários 75,937; E onde se lê Prejuízo básico e diluído por ação no período (R\$) (0,00005), leia-se Lucro básico e diluído por ação no exercício (R\$) 0,00004.

# Rio de Janeiro

Sábado, 19, domingo, 20 e segunda-feira 21 de março de 2022 – Diário Comercial – 05

## HMOBI PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 40.159.947/0001-64

NIRE 33.3.0033640-1 | Código CVM nº 2567-4

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2022.** Ficam convidados os Srs. Acionistas da **HMOBI PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia"), nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 1976 ("Lei das S.A.") e dos arts. 3º e 5º da Instrução CVM nº 481, de 2009, conforme alterada ("ICVM 481"), a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia") no dia 18 de abril de 2022, às 11h, por meio da plataforma digital Microsoft Teams, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (A) **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria; (ii) relatório da administração e contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (iii) proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (iv) fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2022; e (v) instalação do Conselho Fiscal da Companhia, com a eleição dos seus membros. (B) **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) retificação dos itens 6.3 e 6.3.3 da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de novembro de 2021, e da redação do artigo 5º, de modo a refletir a cifra correta do seu capital social, conforme a destinação do preço de emissão de ações aprovada na ocasião; (ii) retificação dos itens 7.2 e 7.2.3 da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de janeiro de 2022 para registrar ajuste de redação; e (iii) a autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores. Os acionistas poderão participar e votar na Assembleia por meio de sistema eletrônico. Não haverá a possibilidade de comparecimento físico à Assembleia, uma vez que essa será realizada de modo exclusivamente digital. Os acionistas interessados em participar da Assembleia deverão enviar e-mail para o endereço [governancacorporativa@metrorio.com.br](mailto:governancacorporativa@metrorio.com.br) até 13 de abril de 2022, manifestando seu interesse em participar da Assembleia e solicitando o link de acesso ao sistema ("Solicitação de Acesso"). Os acionistas que não manifestarem o interesse na participação na Assembleia digital e não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui exigido não estarão aptos à participação na Assembleia. A Solicitação de Acesso deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e respectivos CPF ou CNPJ, conforme o caso, telefone e endereço de e-mail; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme descritos a seguir. Nos termos do artigo 126, da Lei das S.A., para participar da Assembleia os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos: (i) cópia do documento de identidade (Carteira de Identidade (Registro Geral) – RG, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, passaporte, carteira de identidade expedida por conselhos profissionais ou carteira funcional expedida por órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) comprovante expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia datado de até 5 (cinco) dias antes da data de realização da Assembleia; (iii) caso aplicável, cópia do instrumento de outorga de poderes de representação e/ou documentos que comprovem os poderes de representante legal do acionista, devidamente regularizados na forma da lei e dos documentos constitutivos do respectivo acionista; e (iv) no que tange aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato emitido pelo órgão competente, datado de até 2 (dois) dias úteis dias antes da data de realização da Assembleia, contendo a respectiva participação acionária. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia autenticada dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) último contrato ou estatuto social consolidado do respectivo acionista; e (b) ato societário aprovando a eleição do administrador que (b.i) comparecerá à Assembleia na qualidade de representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) outorgará procuração para que terceiro represente tal acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo acerca do titular de poderes para exercício de direito de voto atrelado a ações e ativos constantes da carteira do fundo. Nesse caso, além dos documentos societários acima mencionados e relacionados à gestora ou à administradora do fundo, o representante da gestora ou da administradora deverá, ainda, apresentar cópia autenticada (a) do último regulamento consolidado do fundo; ou (b) do estatuto social ou contrato social do seu administrador ou gestor, em conjunto com o ato societário de eleição do administrador que comparecerá à Assembleia como representante da pessoa jurídica ou outorgará procuração para que terceiro represente a respectiva acionista pessoa jurídica. Eventuais documentos de acionistas expedidos no exterior devem (a) conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público e ser apostilados, ou (b) caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), ser legalizados em Consulado brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na Assembleia deverá ter sido realizada há menos de um ano, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi outorgada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga, com a designação e a extensão dos poderes conferidos. Será admitida assinatura digital na procuração, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, ou assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista ou administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem que haja necessidade de tal pessoa compor a administração da Companhia, ser acionista desta ou ser advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4.11.2014). A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital Microsoft Teams, para fins de participação na Assembleia por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob o controle da Companhia. Os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia se encontram à disposição dos acionistas na sede da Companhia e nas páginas eletrônicas da Companhia (<http://hmobiri.invepar.com.br>), da CVM (<http://www.gov.br/cvm>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>). Rio de Janeiro, 18 de março de 2022.

**Leonardo Armando Yamamoto** - Presidente do Conselho de Administração.







www.blau.com.br

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 17.2 Composição dos Saldos:

	Saldo			Saldo			Consolidado			Saldo			
	31/12/19	Adições	Transferência	Baixa	31/12/20	Adições	Transferência	Baixa	31/12/21	Adições	Transferência	Baixa	31/12/21
<b>Custo</b>													
Imóveis e terrenos	53.076	408	40.127	—	93.611	11.111	1.425	—	106.147	—	—	—	106.147
Máquinas e equipamentos	71.896	2.164	28.344	(670)	101.734	10.277	1.715	(1.510)	112.216	—	—	—	112.216
Beneficiárias	—	2.976	—	—	2.976	766	—	—	3.742	—	—	—	3.742
Veículos	3.362	510	—	(35)	3.837	1.118	—	(35)	4.920	—	—	—	4.920
Móveis e utensílios	6.234	207	1.854	(13)	8.292	692	—	(16)	9.598	—	—	—	9.598
Instalações em uso	11.895	668	8.407	—	20.970	330	788	—	22.088	—	—	—	22.088
Equipamentos de informática	5.393	1.187	1.098	(16)	7.662	1.579	138	(258)	9.121	—	—	—	9.121
Imobilizado em andamento (b)	69.084	42.798	(24.742)	(2.864)	84.276	115.337	(5.549)	—	194.064	—	—	—	194.064
Adiantamento bens entrega futura	39.389	28.967	(55.088)	—	13.268	7.746	—	—	21.014	—	—	—	21.014
Outros	44	—	—	—	44	—	—	—	44	—	—	—	44
<b>Custo total</b>	<b>260.373</b>	<b>79.885</b>	<b>—</b>	<b>(3.598)</b>	<b>336.660</b>	<b>148.956</b>	<b>(1.483)</b>	<b>(1.819)</b>	<b>482.314</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>482.314</b>
<b>Depreciação acumulada</b>													
Imóveis	4%	(4.071)	(2.928)	—	281	(52.570)	(11.601)	22	98	(64.051)	—	—	(64.051)
Máquinas e equipamentos	10%	(44.574)	(8.277)	—	281	(52.570)	(11.601)	22	98	(64.051)	—	—	(64.051)
Beneficiárias	—	(222)	—	—	(222)	(486)	—	—	(708)	—	—	—	(708)
Veículos	20%	(2.629)	(526)	—	30	(3.125)	(452)	—	43	(3.534)	—	—	(3.534)
Móveis e utensílios	10%	(4.329)	(335)	—	6	(4.658)	(406)	—	(2)	(5.066)	—	—	(5.066)
Instalações em uso	10%	(6.786)	(1.654)	—	—	(8.420)	(1.618)	(1)	—	(10.309)	—	—	(10.309)
Equipamentos de informática	20%	(3.574)	(970)	—	2	(4.542)	(1.141)	(23)	252	(6.545)	—	—	(6.545)
<b>Total depreciação acumulada</b>		<b>(66.339)</b>	<b>(14.913)</b>	<b>—</b>	<b>318</b>	<b>(80.933)</b>	<b>(18.874)</b>	<b>(1.483)</b>	<b>(1.428)</b>	<b>382.416</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>382.416</b>
<b>Imobilizado líquido</b>		<b>194.034</b>	<b>64.972</b>	<b>—</b>	<b>(3.279)</b>	<b>255.727</b>	<b>130.082</b>	<b>(1.483)</b>	<b>(1.428)</b>	<b>382.416</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>382.416</b>

As adições ao ativo imobilizado estão relacionadas basicamente a investimentos no plano de expansão de capacidade produtiva da Companhia em suas unidades de produção e a construção de duas novas fábricas produtivas. Os adiantamentos de bens para entrega futura referem-se a aquisições de máquinas importadas com recebimento previsto para o decorrer do ano de 2021. Abaixo evidenciamos abertura do imobilizado em andamento, sendo que R\$127.994 (66%) do saldo refere-se à aquisição de máquinas e equipamentos de instalação e R\$66.070 (34%) a ampliação industrial nas unidades produtivas de São Paulo, Cotia e Goiás. A expectativa de conclusão é até o final de 2023.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Máquinas e equipamentos em instalação	127.994	66.256	127.994	66.256
Ampliação industrial	66.070	15.020	63.987	15.446
<b>Total</b>	<b>194.064</b>	<b>84.276</b>	<b>191.981</b>	<b>83.702</b>

Não há ativo imobilizado dado em garantia de dívidas contraídas pela Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

**18. INTANGÍVEL: 18.1 Política Contábil:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são registrados ao custo menos qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumulada. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento de novos produtos, não são capitalizados, e os gastos relacionados são refletidos no resultado do período em que são incorridos. As principais classes de intangíveis são detalhadas a seguir: (a) **Ágio:** O reconhecimento inicial do ágio se dá, nas demonstrações financeiras individuais no grupo de "investimentos" e nas demonstrações financeiras consolidadas no grupo do "intangível", pela diferença entre o valor justo da contraprestação paga e o valor justo de ativos líquidos adquiridos. Anualmente, ou sempre que houver indícios de incertezas na recuperação, os ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos a testes de recuperação (impairment). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são reversíveis; (b) **Marcas:** As marcas registradas e as licenças adquiridas são separadamente são demonstradas inicialmente pelo valor de aquisição. Se parte do valor pago em uma combinação de negócios relaciona-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo intangível e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas, uma vez que têm vida útil indeterminada, são testadas anualmente para verificar seu valor recuperável. Gastos incorridos internamente para desenvolvimento e fortalecimento das marcas são reconhecidos como despesa no resultado; (c) **Registros sanitários:** Os gastos com registros sanitários são capitalizados somente se os custos incorridos para os registros puderem ser mensurados de maneira confiável e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o registro, passar a fabricar e comercializar o produto. Os demais gastos com registro sanitário são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com registros sanitários capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada, a partir da aprovação do registro e entrada na linha de produção, e qualquer perda por redução ao valor recuperável; (d) **Pesquisa e desenvolvimento:** Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros são prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada, a partir da entrada na linha de produção, e qualquer perda por redução ao valor recuperável; (e) **Software:** Os gastos com aquisição e implantação de softwares de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando o ativo é identificado, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros e quando o ativo é controlado pela Companhia e suas controladas, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas; Exceto pelo ágio, marcas e patentes os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. **As vidas úteis estimadas são as seguintes:**

Denominação da Classe	Vida útil a ser utilizada (em anos)	
	31/12/2021	31/12/2020
Softwares	5	—
Pesquisa e desenvolvimento	5	—
Registros sanitários	4	—

#### 18.2 Composição dos saldos:

	Saldo		Saldo		Transfe-		Saldo	
	31/12/19	Adi-ções	Baixa	31/12/20	Adi-ções	rencia	Baixa	31/12/21
<b>Custo</b>								
Software	5.899	1.383 (1.099)	6.183	841	624	—	7.648	
Marcas	1.008	30	—	1.038	5	(10)	1.033	
Registros sanitários	834	721 (135)	1.420	712	1.048	(85)	3.095	
Desenvolvimento de novos produtos	11.627	12.918 (2.768)	21.777	28.018	159	—	49.954	
Ágio (a)	7.071	137.573	—	144.644	—	(483)	191.724	
<b>Total custo</b>	<b>26.439</b>	<b>152.625 (4.002)</b>	<b>175.062</b>	<b>29.576</b>	<b>1.348</b>	<b>(917)</b>	<b>204.974</b>	
<b>Amortização acumulada</b>								
Software	(4.602)	(248)	549	(4.301)	(969)	—	(5.270)	
Registros sanitários	(417)	(255)	—	(672)	(92)	—	(704)	
Desenvolvimento de novos produtos	—	(137)	—	(137)	—	—	(137)	
Outros	(33)	(157)	—	(190)	(5)	135	10	
<b>Total amortização acumulada</b>	<b>(5.052)</b>	<b>(797)</b>	<b>549</b>	<b>(5.300)</b>	<b>(1.066)</b>	<b>135</b>	<b>(7)</b>	
<b>Intangível líquido</b>	<b>21.387</b>	<b>151.828 (3.453)</b>	<b>169.762</b>	<b>28.510</b>	<b>1.483</b>	<b>(942)</b>	<b>198.813</b>	

	Saldo		Saldo		Incorpo-ração		Transfe-rência		Saldo	
	31/12/19	Adi-ções	Baixa	31/12/20	Adi-ções	ração	rencia	Baixa	31/12/21	
<b>Custo</b>										
Software	4.724	1.240	—	5.964	123	—	—	1.483	7.570	
Marcas	881	—	—	881	—	—	—	—	881	
Registros sanitários	—	—	—	500	—	—	—	—	500	
Desenvolvimento de novos produtos	11.627	12.918 (2.768)	21.777	24.383	—	—	—	—	46.160	
Ágio (b)	—	—	—	—	—	—	—	—	136.173	
<b>Total do custo</b>	<b>17.232</b>	<b>14.158 (2.768)</b>	<b>26.622</b>	<b>25.006</b>	<b>136.173</b>	<b>1.483</b>	<b>1.483</b>	<b>191.284</b>		
<b>Amortização acumulada</b>										
Software	(3.991)	(385)	—	(4.376)	(700)	—	—	(5.076)		
Registros sanitários	—	—	—	—	(8)	—	—	(8)		
<b>Total amortização acumulada</b>	<b>(3.991)</b>	<b>(385)</b>	<b>—</b>	<b>(4.376)</b>	<b>(708)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(5.084)</b>		
<b>Intangível líquido</b>	<b>13.241</b>	<b>13.773 (2.768)</b>	<b>24.246</b>	<b>24.298</b>	<b>136.173</b>	<b>1.483</b>	<b>1.483</b>	<b>186.200</b>		

(a) O ágio é decorrente das aquisições das investidas Blau Farmacêutica Colômbia S.A.S. no valor de R\$6.800, Blau Farma Uruguai no valor de R\$271 e Blau Farmacêutica Goiás no valor de R\$111.523 e R\$24.650 relacionados à licença de funcionamento e produtos em desenvolvimento pela Blau Goiás. (b) A Companhia concluiu em 30 de setembro de 2021, o processo de incorporação da Blau Farmacêutica Goiás Ltda., empresa adquirida pelo Grupo em maio de 2020. O saldo refere-se ao ágio que inicialmente foi reconhecido no montante de R\$112.437, durante o período de mensuração foi identificado o montante de R\$917, referente a ativos e passivos não identificados no reconhecimento inicial do ágio, o qual foi registrado pela Companhia resultando em um ágio final de R\$111.523 e a mais-valia R\$24.650 relacionados à licença de funcionamento e produtos em desenvolvimento e ao ágio da Blau Goiás. Esse montante não é amortizável contabilmente, entretanto, anualmente é efetuado o teste da redução ao valor recuperável. **18.3 Teste da redução ao valor recuperável (impairment):** A Companhia e suas controladas avaliam, a cada data de balanço, se existe uma indicação de que um ativo pode ter redução ao valor recuperável. Se houver qualquer indício, ou quando o teste anual de impairment de um ativo for necessário, a Companhia e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo de um ativo ou UGC menos os custos de alienação e seu valor em uso. O valor recuperável é determinado para um ativo individual, a menos que o ativo não gere entradas de caixa que sejam amplamente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. Quando o valor contábil de um ativo ou UGC ultrapassar seu valor recuperável, o ativo é considerado deteriorado e é baixado para seu valor recuperável. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete o custo médio ponderado de capital da controlada na qual a UGC opera, e que reflete as percepções atuais de participantes de mercado. A Companhia baseia seu cálculo do impairment nos orçamentos financeiros aprovados pela administração para o exercício seguinte e cálculos de projeção mais recentes, que são preparados separadamente para cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia e suas controladas às quais os ativos individuais estão alocados. Esses orçamentos e cálculos de projeção geralmente cobrem um período de cinco anos. As projeções consideram margens operacionais definidas em observância com: (i) o desempenho histórico da Companhia; (ii) as expectativas futuras de evolução dos negócios; e (iii) taxas médias ponderadas de crescimento alinhadas com previsões setoriais do mercado de atuação. No contexto do teste de recuperabilidade, a taxa de desconto foi calculada através da metodologia do custo médio ponderado de capital (WACC na sigla em inglês), e corresponde a uma taxa de 11,50%. As perdas por impairment são reconhecidas na demonstração do resultado em categorias de despesas consistentes com a função do ativo deteriorado. O goodwill é testado para impairment anualmente em 31 de dezembro e quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode estar deteriorado. O impairment é determinado para o goodwill através da avaliação do valor recuperável de cada UGC (ou grupo de UGC) a que o ágio se refere. Quando o valor recuperável da UGC for menor que seu valor contábil, é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável. As perdas por impairment relativas ao goodwill não podem ser revertidas em períodos futuros. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para impairment anualmente em 31 de dezembro no nível da UGC, conforme apropriado, e quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode estar deteriorado. Os ágios oriundos de expectativa de rentabilidade futura de empresas adquiridas e os ativos intangíveis com vida útil indefinida foram alocados aos grupos de UGC da controlada, veja abaixo:

	Marcas e Patentes		Ágio		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Blau Farmacêutica Goiás	—	—	136.173	137.438	136.173	137.438
Blau Farmacêutica Colômbia	—	—	6.800	6.800	6.800	6.800
Blau Farmacêutica Uruguai	—	—	271	271	271	271
Blau Farmacêutica S/A	983	983	—	—	983	983
<b>Total</b>	<b>983</b>	<b>983</b>	<b>143.244</b>	<b>144.509</b>	<b>144.277</b>	<b>145.492</b>

O montante recuperável é analisado pela Companhia por Unidade Geradora de Caixa (UGC). Cada UGC tem um estudo de viabilidade técnica e comercial, projeções de fluxo de caixa para 5 anos descontados a valor presente a uma taxa de 11,50% ao ano (10,50% em 2020), preparado com base nas estimativas de volume



Blau Farmacêutica S.A. CNPJ/MF nº 58.430.828/0001-60 - NIRE nº 35.300.416.406

#### a) Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Consolidado	Controladora
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>44.157</b>	<b>43.770</b>
Captação com efeito caixa	32.266	31.899
Apropriação de juros	1.431	1.457
Pagamento de principal	(60.381)	(60.381)
Pagamento de juros	(1.721)	(1.747)
Variação monetária	53	53
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>15.805</b>	<b>15.051</b>
Captações	155.296	154.182
Apropriação de juros	7.878	7.878
Pagamento de principal	(131.020)	(131.020)
Pagamento de juros	(7.132)	(7.132)
Variação monetária	902	902
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>41.729</b>	<b>39.861</b>

#### b) Cronograma de amortização da dívida referente ao saldo de empréstimos e financiamentos:

Ano	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Até dezembro de 2022	41.729	15.805	39.861	15.051
<b>Total</b>	<b>41.729</b>	<b>15.805</b>	<b>39.861</b>	<b>15.051</b>

#### c) **Covenants:** A Companhia possui contratos de empréstimos com cláusulas que preveem as circunstâncias nas quais ocorreria o vencimento antecipado da dívida, tais como, alteração e modificação da composição do capital social, transferência ou a cessão direta ou indireta do controle societário/acionário, ou ainda a incorporação, fusão ou cisão da emitente, sem a prévia expressa anuência do credor. Entretanto, nenhuma dessas circunstâncias determina a manutenção de indicadores financeiros. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia encontra-se adimplente com todas as cláusulas de vencimento antecipado. d) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

Fluxos de caixa das atividades de financiamento	Consolidado - Passivos		Total	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>				
Captação de empréstimos e financiamentos	32.266	482.247	514.513	—
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(60.381)	—	(60.381)	—
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - juros	(1.721)	—	(1.721)	—
Pagamento de debêntures - principal	—	(44.999)	(44.999)	—
Pagamento de debêntures - juros	—	(14.072)	(14.072)	—
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>(29.836)</b>			





www.blau.com.br

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

mente no momento da entrega dos produtos ao comprador, que terá total liberdade sobre o preço de venda dos produtos e mercadorias, e desde que não haja obrigação não cumprida e que não haja envolvimento permanente com a mercadoria vendida ou qualquer outro fator que possa afetar a aceitação da mercadoria pelo comprador. A receita é apresentada líquida de impostos sobre vendas, devoluções, abatimentos e descontos, e no consolidado, líquido das eliminações das vendas entre empresas controladas. O direito de recuperar perdas em mercadorias devolvidas é medido pelo valor contábil anterior do estoque menos quaisquer custos esperados. A obrigação de reembolso fica então registrada em outras contas a pagar. A Companhia não efetua provisões de devoluções de vendas de mercadorias por considerar que o efeito não é material, todavia, a administração reavalia anualmente a necessidade de efetuar provisão de devoluções de vendas na data do levantamento das demonstrações financeiras. Os descontos sobre vendas são concedidos apenas em caso de negociações específicas ou de eventos, como por exemplo, estoques com baixa movimentação com risco de obsolescência no cliente para evitar uma devolução de vendas. Para o canal de varejo, há descontos usuais com base no nível de vendas, sendo esses abatimentos efetuados com valores a pagar pelo cliente à Companhia. Para os descontos sobre vendas, a Companhia não efetua provisão por considerar que o montante não é representativo. b) **Receita de contrato com clientes:** A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação a qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens. A Companhia conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita. A Companhia não possui contrato com clientes do setor privado até dezembro de 2021 com expectativa de realização de até um ano. No caso de celebração de um novo contrato, a Companhia avalia o acordo com os clientes que serão objetos de reconhecimento de receita e identifica os diferentes bens prometidos em cada um deles e as obrigações de desempenho, se houver. No segmento Público, os contratos são firmados após os testes de forma a garantir todas as obrigações de ambas as partes. O crescimento nas vendas em dezembro de 2021 deve-se ao aumento da demanda no mercado institucional no segmento privado, principalmente nas linhas de especialidades e oncológicos. Em relação à localização geográfica, a receita líquida no Brasil representa 94,72% da receita líquida consolidada da Companhia, em dezembro de 2021 (95,58% em 2020).

Brasil  
Colômbia  
Uruguai  
Chile  
Outros  
Total

Em relação à distribuição da receita líquida consolidada no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 entre clientes públicos e privados temos o seguinte:

Público  
Privado  
Total

A receita com clientes privados representava 87,95% do total da receita operacional líquida em 31 de dezembro de 2021 (73,43% em 2020). Em 31 de dezembro de 2021, a receita operacional líquida da Companhia decorrente de vendas para o Ministério da Saúde foi de R\$111.287, equivalente a 8,14% da receita operacional líquida total (R\$5.226,926, equivalente a 21,66% em 2020). Em relação à distribuição da receita líquida consolidada no período findo em 31 de dezembro de 2021 entre linhas de medicamentos, temos o seguinte:

Biológicos  
Especialidades  
Oncológicos  
Outros  
Total

Grande parte da receita operacional líquida observada em 31 de dezembro de 2021 está relacionada à venda da linha de especialidades e oncológicos cujo crescimento foi de 22,49% e 42,82%, respectivamente, em comparação ao ano anterior. c) **Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As notas abaixo fornecem informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas. **Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas:** Os clientes obtêm controle dos produtos quando as

a) **Classificação contábil e valores justos:** A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Nota	Classificação por Categoria	Hierarquia Valor Justo	Valor Justo 31/12/2021	Valor Justo 31/12/2020
8	Custo amortizado	Nível 1	51.864	70.197
9	Valor justo por meio do resultado	Nível 1	870.958	144.152
10	Custo amortizado	Nível 1	331.520	247.027
18	Custo amortizado	Nível 1	272	525
	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	(1.179)	(1.179)
	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	12.534	2.595
13	Custo amortizado	Nível 1	13.752	13.625
19	Custo amortizado	Nível 2	116.431	133.000
18	Custo amortizado	Nível 2	-	-
20	Custo amortizado	Nível 2	2.769	15.805
20	Custo amortizado	Nível 2	38.960	-
15	Custo amortizado	Nível 2	902	902
32	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	10.463	1.817
25	Custo amortizado	Nível 2	322.326	673.340
21	Custo amortizado	Nível 1	65.833	86.664
25	Custo amortizado	Nível 1	65.833	86.664

a) **Mensuração do valor justo:** i) **Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis:** A tabela abaixo apresenta a técnica de valorização utilizada na mensuração do valor justo de Nível 2, assim como os inputs observáveis não observáveis utilizados. **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:**

**Tipo** **Técnica de avaliação** **Premissas**

Abordagem de mercado: a abordagem de mercado leva em consideração valores que seriam recebidos pela venda de um ativo sob análise. Ela reflete a percepção do mercado sobre o valor de um determinado ativo.

Valor justo estimado com base em estimativa da administração quanto à realização do pagamento, baseada no conhecimento quando aos processos de registros de novos medicamentos em andamento na ANVISA. A obtenção dos registros resultará na obrigação do pagamento contingente.

Os valores justos são baseados em cotações de corretoras. Contratos similares são negociados em mercados ativos e as cotações refletem transações atuais de instrumentos similares.

Estimativa de sucesso de obtenção de registros na ANVISA. A estimativa da administração determinou diretamente o valor justo aplicado sobre o valor do montante a pagar, sendo que a mesma estimativa determinou o valor do ativo intangível relacionados aos referidos registros na ANVISA.

b) **Gerenciamento dos riscos financeiros:** A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. i) **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. **Contas a receber e outros recebíveis:** A exposição da Companhia e suas controladas a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a exposição máxima ao risco de crédito era a seguinte:

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	51.864	70.197	45.497	65.852
Aplicações financeiras	870.958	144.152	859.343	135.435
Clientes	331.792	247.552	335.074	243.124
Instrumentos financeiros derivativos	13.713	2.594	13.713	2.594
Outros créditos	13.752	13.625	8.031	9.203
Total	1.282.079	478.120	1.261.658	456.028

ii) **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas podem encontrar em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas, da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas incalculáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas monitoram o nível esperado de entradas de caixa proveniente do **Contas a receber de clientes e outros recebíveis** em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas a **Fornecedores e outras contas a pagar**. **Exposição ao risco de liquidez:** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da informação contábil.

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Fornecedores	116.431	-	116.431	-
Empréstimos e financiamentos	43.741	-	43.741	-
Debêntures	49.823	272.503	322.326	-
Passivo de arrendamento	2.110	8.353	10.463	-
Outras contas a pagar	20.994	4.925	25.819	-
Total	232.949	325.851	558.799	-

iii) **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado tais como taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia e suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar tais exposições, dentro de parâmetros aceitáveis. A Companhia e suas controladas utilizam derivativos para gerenciar riscos de mercado. **Risco cambial:** A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco cambial decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras e empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia. As moedas funcionais da Companhia e suas controladas são basicamente o Real (R\$), o Peso Colombiano (COP) e os Pesos Uruguaios (UYU). As moedas nas quais as transações da Companhia e suas controladas são primariamente denominadas são: BRL, USD, COP e UYU. Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações comerciais da Companhia e suas controladas, principalmente em Reais, mas também em USD. A Companhia designa o elemento spot do contrato de câmbio a termo como o instrumento de hedge do risco cambial, aplicando uma taxa de hedge de 1:1. Os elementos futuros dos contratos de câmbio a termo são excluídos da designação de instrumento de hedge e são contabilizados separadamente como custo de hedge, que é reconhecido no patrimônio líquido na reserva de custo de hedge. A política da Companhia é que as condições críticas dos contratos de câmbio a termo sejam consistentes com o item objeto de hedge. A Companhia determina a existência de uma relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge com base na moeda, no valor e no momento dos respectivos fluxos de caixa. A Companhia também avalia se há a expectativa de que o derivativo designado em cada relação de hedge compense mudanças e se for eficaz na compensação de mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge utilizando o método de derivativo hipotético. Nessas relações de hedge, as principais fontes de infedeleza são: • Efeito do próprio risco de crédito do Grupo e das contrapartes sobre o valor justo dos contratos de câmbio a termo, o que não é refletido na mudança no valor justo dos fluxos de caixa objeto de hedge atribuíveis à mudança nas taxas de câmbio; e • Mudanças no momento de realização das operações objeto de hedge. **Exposição ao risco cambial:** Um resumo da exposição a risco cambial da Companhia e suas controladas, conforme reportado à administração está apresentado abaixo:

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Contas a receber de clientes	4.307	24.033	3.383	17.578
Fornecedores	(16.278)	(90.841)	(23.077)	(119.924)
Empréstimos e financiamentos	(7.839)	(43.741)	-	-
Exposição líquida das transações previstas	(19.810)	(110.549)	(19.694)	(102.346)
Contratos cambiais futuros (NDF)	23.000	137.091	28.000	141.080
Exposição líquida	3.190	26.542	8.306	38.734

**Análise de sensibilidade:** Nos termos da instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia, em complemento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulga um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado, considerado relevante pela Administração, originados por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia está exposta na data do balanço, incluindo todas as operações com instrumentos financeiros derivativos. **Operações atreladas ao dólar:** Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do dólar em todas as outras moedas afetará a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetará o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. Para fins de análise de sensibilidade, partimos da base realizada, onde o dólar de fechamento foi de R\$ 5,5805 e consideramos dois cenários de aumento e diminuição, de acordo com as previsões estabelecidas na tabela FOCUS para os próximos períodos.

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Receita líquida	1.268.555	1.115.276	1.245.096	1.092.417
Custo das mercadorias e produtos vendidos (i)	(650.310)	(590.608)	(641.488)	(579.777)
Lucro bruto	618.245	524.668	603.608	512.640
Despesas operacionais	(189.259)	(152.787)	(174.324)	(137.679)
Outras receitas operacionais	(5.025)	(4.118)	(2.410)	(3.512)
Resultado financeiro	24.314	(33.491)	25.147	(30.100)
Participação nos resultados por equivalência	-	-	(4.383)	(8.960)
Resultado antes dos impostos	448.239	334.272	447.638	332.389

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Receita líquida	97.852	86.528	96.042	65.165
Custo das mercadorias e produtos vendidos (i)	(50.163)	(35.231)	(49.482)	(34.585)
Lucro bruto	47.689	31.297	46.560	30.580
Despesas operacionais (ii)	(14.601)	(9.114)	(13.447)	(8.213)
Outras receitas operacionais	(388)	(278)	(186)	(188)
Resultado financeiro	1.876	(1.998)	1.940	(1.796)
Participação nos resultados por equivalência	-	-	(338)	(535)
Resultado antes dos impostos	34.576	19.907	34.529	19.848

35. **INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DO NEGÓCIO:** 35.1 **Política contábil:** A segmentação da Companhia está baseada na estratégia comercial encontrada no mercado farmacêutico e tal qual apresentada ao principal fornecedor interno de decisões, que é o Conselho de administração da Companhia, bem como a avaliação de desempenho de cada uma das unidades de negócio, segregadas da seguinte forma: • Institucional - Divisão de negócio composta de medicamentos aplicados em tratamentos específicos em hospitais e clínicas, públicos ou privados com amplo portfólio de produtos biológicos, oncológicos, especialidades e outros. • Varejo - Divisão de negócio que atende ao canal varejo farmacêutico, compostos por um portfólio de menor variedade. Demonstramos a seguir informações referentes aos resultados de cada segmento e contribuição. O desempenho é avaliado com base no resultado do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, pois a administração entende que tal informação é mais relevante na avaliação dos resultados dos respectivos segmentos para comparabilidade com outras entidades que operam na mesma indústria.

a) **Demonstrações do resultado por segmento:**

	Consolidado Institucional 31/12/2021	Consolidado Institucional 31/12/2020	Controladora Institucional 31/12/2021	Controladora Institucional 31/12/2020
Receita líquida	1.268.555	1.115.276	1.245.096	1.092.417
Custo das mercadorias e produtos vendidos (i)	(650.310)	(590.608)	(641.488)	(579.777)
Lucro bruto	618.245	524.668	603.608	512.640
Despesas operacionais	(189.259)	(152.787)	(174.324)	(137.679)
Outras receitas operacionais	(5.025)	(4.118)	(2.410)	(3.512)
Resultado financeiro	24.314	(33.491)	25.147	(30.100)
Participação nos resultados por equivalência	-	-	(4.383)	(8.960)
Resultado antes dos impostos	448.239	334.272	447.638	332.389

	Consolidado Varejo 31/12/2021	Consolidado Varejo 31/12/2020	Controladora Varejo 31/12/2021	Controladora Varejo 31/12/2020
Receita líquida	97.852	86.528	96.042	65.165
Custo das mercadorias e produtos vendidos (i)	(50.163)	(35.231)	(49.482)	(34.585)
Lucro bruto	47.689	31.297	46.560	30.580
Despesas operacionais (ii)	(14.601)	(9.114)	(13.447)	(8.213)
Outras receitas operacionais	(388)	(278)	(186)	(188)
Resultado financeiro	1.876	(1.998)	1.940	(1.796)
Participação nos resultados por equivalência	-	-	(338)	(535)
Resultado antes dos impostos	34.576	19.907	34.529	19.848

35.2 **Política contábil:** a) **Reserva de lucros:** Composta por reserva legal, reserva para investimentos e dividendos adicionais propostos. A reserva legal é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, com base em 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva para investimentos é constituída com base em até 75% do lucro líquido de cada exercício, depois de diminuído das importâncias destinadas a reserva legal, reserva para contingências e reserva de incentivos fiscais conforme Estatuto Social. A reserva para investimentos tem como finalidade assegurar os recursos suficientes para a expansão das atividades e investimentos da Companhia, e o saldo da reserva não poderá exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros. d) **Outros resultados abrangentes:** Referem-se ao ganho e perda na conversão das demonstrações financeiras das controladas domiciliadas no exterior, bem como ajuste de avaliação patrimonial do ativo imobilizado na adoção inicial (deemed cost). e) **Destinação dos lucros:** Conforme permissivo contido na alínea "c" do Artigo 29 do Estatuto Social da Companhia, o saldo do lucro líquido de 31 de dezembro de 2020 é apresentado após as deduções dos dividendos mínimos obrigatórios e Juros sobre Capital Próprio (JCP), equivalente a R\$188.758, do que foi destinado a reserva de investimento para distribuição futura. f) **Resultado por ação:** Os dados do resultado por ação são apresentados por tipo e natureza de ação. Tal apresentação está de acordo com a prática no Brasil de negociação e cotação de ações em lotes de ações. **Básico e diluído:** Para 2020 o lucro básico por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia pela quantidade de ações do período. Em 2021, considerando a abertura de capital, o resultado por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação.

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Vendas de produtos - mercado interno	1.503.262	1.275.474	1.449.998	1.226.650
Vendas de produtos - mercado externo	21.168	8.451	21.168	8.451
Vendas - partes relacionadas (Nota 18)	1.843	2.181	29.279	24.571
Receita bruta	1.526.273	1.286.106	1.500.445	1.259.872
(-) Impostos	(148.349)	(96.940)	(158.445)	(96.940)
(-) Descontos	(799)	(974)	(495)	(608)
(-) Devoluções	(10.718)	(6.398)	(10.463)	(4.742)
Total deduções da receita bruta	(159.866)	(104.302)	(159.307)	(102.290)
Receita operacional líquida	1.366.407	1.181.804	1.341.138	1.157.582

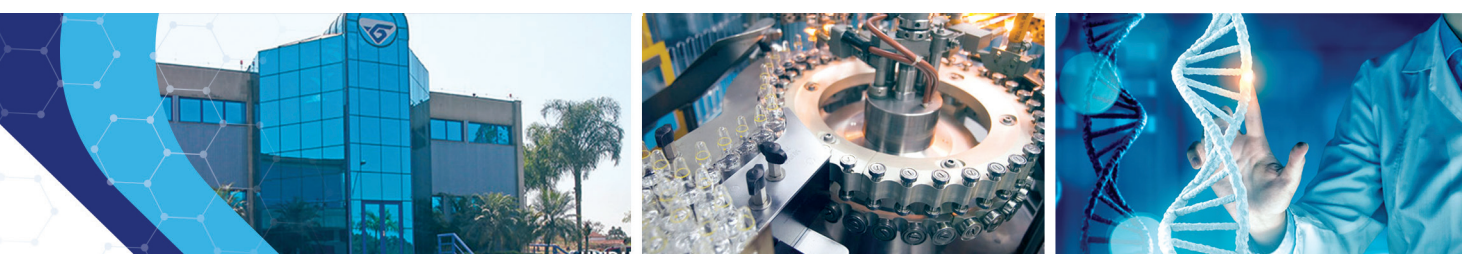
29. **RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA:** 29.1 **Composição dos Saldos:**

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Vendas de produtos - mercado interno	1.503.262	1.275.474	1.449.998	1.226.650
Vendas de produtos - mercado externo	21.168	8.451	21.168	8.451
Vendas - partes relacionadas (Nota 18)	1.843	2.181	29.279	24.571
Receita bruta	1.526.273	1.286.106	1.500.445	1.259.872
(-) Impostos	(148.349)	(96.940)	(158.445)	(96.940)
(-) Descontos	(799)	(974)	(495)	(608)
(-) Devoluções	(10.718)	(6.398)	(10.463)	(4.742)
Total deduções da receita bruta	(159.866)	(104.302)	(159.307)	(102.290)
Receita operacional líquida	1.366.407	1.181.804	1.341.138	1.157.582

29.2 **Política contábil:** a) **Reserva de lucros:** Composta por reserva legal, reserva para investimentos e dividendos adicionais propostos. A reserva legal é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, com base em 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva para investimentos é constituída com base em até 75% do lucro líquido de cada exercício, depois de diminuído das importâncias destinadas a reserva legal, reserva para contingências e reserva de incentivos fiscais conforme Estatuto Social. A reserva para investimentos tem como finalidade assegurar os recursos suficientes para a expansão das atividades e investimentos da Companhia, e o saldo da reserva não poderá exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros. d) **Outros resultados abrangentes:** Referem-se ao ganho e perda na conversão das demonstrações financeiras das controladas domiciliadas no exterior, bem como ajuste de avaliação patrimonial do ativo imobilizado na adoção inicial (deemed cost). e) **Destinação dos lucros:** Conforme permissivo contido na alínea "c" do Artigo 29 do Estatuto Social da Companhia, o saldo do lucro líquido de 31 de dezembro de 2020 é apresentado após as deduções dos dividendos mínimos obrigatórios e Juros sobre Capital Próprio (JCP), equivalente a R\$188.758, do que foi destinado a reserva de investimento para distribuição futura. f) **Resultado por ação:** Os dados do resultado por ação são apresentados por tipo e natureza de ação. Tal apresentação está de acordo com a prática no Brasil de negociação e cotação de ações em lotes de ações. **Básico e diluído:** Para 2020 o lucro básico por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia pela quantidade de ações do período. Em 2021, considerando a abertura de capital, o resultado por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação.

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Vendas de produtos - mercado interno	1.503.262	1.275.474	1.449.998	1.226.650
Vendas de produtos - mercado externo	21.168	8.451	21.168	8.451
Vendas - partes relacionadas (Nota 18)	1.843	2.181	29.279	24.571
Receita bruta	1.526.273	1.286.106		

## São Paulo



## continuação

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>(i) Custos das mercadorias e produtos vendidos:</b>				
<b>Institucional</b>				
Materia-prima e embalagens	(537.655)	(503.357)	(528.833)	(492.526)
Mão de obra	(24.149)	(19.702)	(24.149)	(19.702)
Depreciação e amortização	(6.074)	(5.201)	(6.074)	(5.201)
Outros gastos de fabricação	(82.432)	(62.349)	(82.432)	(62.349)
<b>Custo total das vendas</b>	<b>(650.310)</b>	<b>(590.609)</b>	<b>(641.488)</b>	<b>(579.778)</b>
<b>Varejo</b>				
Materia-prima e embalagens	(41.473)	(30.026)	(40.792)	(29.380)
Mão de obra	(1.863)	(1.175)	(1.863)	(1.175)
Depreciação e amortização	(468)	(310)	(468)	(310)
Outros gastos de fabricação	(6.359)	(3.719)	(6.359)	(3.719)
<b>Custo total das vendas</b>	<b>(50.163)</b>	<b>(35.230)</b>	<b>(49.482)</b>	<b>(34.584)</b>
<b>(ii) Despesas operacionais:</b>				
<b>Institucional</b>				
Vendas	(47.640)	(51.445)	(41.325)	(43.930)
PD&I	(48.386)	(26.930)	(48.385)	(26.930)
<b>Total despesas comerciais</b>	<b>(96.026)</b>	<b>(78.375)</b>	<b>(89.710)</b>	<b>(70.860)</b>

Marcelo Rodolfo Hahn  
Diretor-Presidente

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Perda esperada por redução do valor recuperável de contas a receber	(1.975)	(506)	(2.011)	(590)
Administrativas	(91.294)	(74.411)	(82.603)	(66.818)
<b>Total das despesas</b>	<b>(189.295)</b>	<b>(153.292)</b>	<b>(174.324)</b>	<b>(138.268)</b>
<b>Varejo</b>				
Vendas	(3.675)	(3.070)	(3.186)	(2.620)
PD&I	(1.639)	(1.606)	(1.639)	(1.606)
<b>Total despesas comerciais</b>	<b>(7.407)</b>	<b>(4.676)</b>	<b>(6.920)</b>	<b>(4.226)</b>
Perda esperada por redução do valor recuperável de contas a receber	(153)	(39)	(154)	(46)
Administrativas	(7.041)	(4.439)	(6.373)	(3.986)
<b>Total das despesas</b>	<b>(14.601)</b>	<b>(9.154)</b>	<b>(13.447)</b>	<b>(8.258)</b>

Rogério Ferreira  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

	Consolidado Institucional		Controladora Institucional	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	108.093	125.513	107.577	125.559
<b>Total do passivo</b>	<b>108.093</b>	<b>125.513</b>	<b>107.577</b>	<b>125.559</b>
<b>Consolidado Varejo</b>				
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Ativo	24.441	14.351	24.565	14.015
Contas a receber de clientes	(680)	(415)	(573)	(329)
Provisão para redução do valor recuperável	31.563	19.540	30.046	18.604
<b>Total do ativo</b>	<b>(1.711)</b>	<b>(1.140)</b>	<b>(1.647)</b>	<b>(1.039)</b>
Fornecedores	53.613	32.336	52.395	31.251
<b>Total do passivo</b>	<b>8.338</b>	<b>7.487</b>	<b>8.298</b>	<b>7.490</b>

**36. EVENTO SUBSEQUENTE:** Em janeiro de 2022 os membros do Conselho de Administração autorizaram o investimento no montante de até US\$7.000.000 (sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América) para a realização de investimentos na subsidiária da Companhia PLEX - Plasma Experts Corp., sociedade por ações devidamente constituída sob as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, com sede na 1513 N. Franklin Street, Wilmington, Country of New Castle, Delaware, CEP 19899, da qual a Companhia detém 100% (cem por cento) da participação no capital social, cujas remessas poderão realizar-se no decorrer do exercício social de 2022.

Darcio Siqueira Zappellon  
Contador CRC 1SP216891/O-9 - Gerente de Controladoria

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As Acionistas e Administradores da **Blau Farmacêutica S.A.** - Cotia - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Blau Farmacêutica S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como os correspondentes dados explicativos, incluindo o resumo dos principais fatos relevantes ocorridos em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram, por nós mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto com a avaliação da relevância dos assuntos, como também a natureza e o conteúdo do cenário econômico local na determinação das premissas de crescimento e da taxa de desconto utilizada na análise da provisão para não realização dos ágio, conduzida pela Companhia, e pelo alto grau de julgamento envolvido na determinação das estimativas por parte da administração. Dessa forma, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros, a avaliação do desenho e da implementação dos controles relevantes determinados pela administração com relação à análise do valor recuperável dos ágios, além da análise dos planos de negócios da Companhia e por unidade geradora de caixa, com o suporte técnico de especialistas em avaliação, quando aplicável, nas análises e no desafio das premissas de crescimento de receita e da taxa de desconto utilizadas pela administração na análise da provisão para não realização dos ágios. Adicionalmente, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela administração na elaboração das projeções, efetuamos testes estatísticos, efetuamos testes de resultados, análise de consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções e os dados

contábeis, quando aplicável e confirmamos que as informações utilizadas na elaboração das projeções de resultados são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado pelos responsáveis pela governança. Examinamos, também, a adequação das divulgações da Companhia com relação ao assunto. As divulgações da Companhia sobre as práticas contábeis e os saldos estão apresentados, respectivamente, nas notas explicativas nº 4, nº 15 e nº 18 às demonstrações financeiras. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados no teste de valor recuperável dos ágios, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as avaliações e premissas adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** Auditoria e revisão dos valores correspondentes: O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria com data de 05 de fevereiro de 2021, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrangendo as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrangendo o relatório de auditoria. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, está livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de

auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional o mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação da auditoria das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2022

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-25P034519/O-6  
Marcelo D. Becker  
Contador - CRC-1SP259735/O-2

## UNIPAR Unipar Carboolor S.A.

Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 33.958.695/0001-78 - NIRE 35.300.454.758

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO ÀS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**  
Convocamos os Srs. Acionistas da Unipar Carboolor S.A. ("Companhia") para reunirem-se em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizadas, cumulativamente, em primeira convocação, no dia 20 de abril de 2022, às 09h, no edifício da sede social da Companhia, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1327, CEP 04543-011, na cidade de Estado de São Paulo, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **1. Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria; (ii) deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e da distribuição de dividendos em espécie e em dinheiro; (iii) deliberar sobre a proposta de fixação do número de membros efetivos do Conselho de Administração e eleição dos membros do Conselho de Administração, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, nos termos do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia; (iv) deliberar sobre a eleição, dentre os membros do Conselho de Administração a serem eleitos, do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; e (v) fixar a remuneração global anual dos administradores e, conforme o caso, dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2022. **2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) aprovar o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização de parte das reservas de lucros, com bonificação de ações; (ii) elevar o limite do capital autorizado da Companhia para até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais); e (iii) sujeito à aprovação das deliberações anteriores, aprovar a alteração dos artigos 5º e 8º do Estatuto Social, para registrar o novo capital social da Companhia, as conversões de ações preferenciais de classe A em ações preferenciais de classe B até a presente data e o novo limite do capital autorizado. **Informações gerais:** 1. **Documentos à disposição dos acionistas.** Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima e necessários ao exercício do direito de voto dos acionistas encontram-se à disposição na sede e no website da Companhia (<http://www.unipar.com.br>), bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão (<http://www.b3.com.br>), conforme previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), e na Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 481"). O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das Notas Explicativas, do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria serão publicados em 17 de março de 2022, no jornal "Diário Comercial", e **Voto múltiplo.** Nos termos do artigo 141 da Lei das S.A. combinado com o artigo 1º da Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, conforme alterada, é facultado a acionistas que represente, no máximo, 5% (cinco por cento) das ações com direito a voto requerer a adoção do processo de voto múltiplo, devendo tal faculdade ser exercida pelo acionista em até 48 (quarenta e oito horas) antes data em que serão realizadas as AGOE, incluindo, para este fim, por meio da indicação de voto no boletim de voto à distância. **3. Eleição em separado.** Os acionistas que votarem ou participarem das AGOE, via boletim de voto à distância ou via sistema eletrônico, e desejarem solicitar e/ou votar em eleição em separado para o Conselho Fiscal da Companhia, devem encaminhar documentação à Companhia, por meio do e-mail [ri@unipar.com.br](mailto:ri@unipar.com.br), extrato de participação acionária ininterrupta, nos termos do artigo 141, § 6º, da Lei das S.A. **4. Participação dos acionistas nas AGOE.** Poderão participar das AGOE ora convocadas os acionistas detentores de ações emitidas pela Companhia, (i) pessoalmente, (ii) por meio de seus representantes legatários devidamente constituídos, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam na Proposta da Administração; ou (iii) por meio de envio de boletim de voto à distância, conforme abaixo indicado. **5. Participação Presencial e Representação.** No caso de acionistas que optarem por participar presencialmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme aplicável, além dos procedimentos e requisitos previstos em lei, também deverão observar os seguintes requisitos formais de participação previstos no artigo 15 do Estatuto Social da Companhia: (a) documento de identidade com foto; (b) o comprovante da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, emitido, no máximo, 2 (dois) dias antes das AGOE; e, se for o caso, (c) instrumentos de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126 da Lei das S.A. Os acionistas constituídos sob a forma de fundos de investimentos deverão enviar à Companhia: (a) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente nas AGOE, ou que tenha outorgado os poderes ao procurador; (b) ato societário do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante que compareça às AGOE ou a quem tenha outorgado a procuração; e (c) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os mesmos documentos referidos no item "b" deste parágrafo, a ele relativos. A Companhia esclarece que, excepcionalmente para estas AGOE, dispensará a necessidade de depósito das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas, relacionados acima, na sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista e a notariação, a consularização, o apostilamento dos instrumentos de procuração. Bastará o envio de cópia simples de tais documentos ao endereço eletrônico [ri@unipar.com.br](mailto:ri@unipar.com.br) com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas a contar da hora marcada para a realização das AGOE. As procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico deverão ter sido assinadas digitalmente mediante certificados emitidos pela ICP-Brasil. Caso o acionista não tenha depositado o instrumento de mandato e os documentos de representação no prazo estabelecido, seus representantes ou procuradores poderão participar das AGOE, desde que apresentem, até a data de sua realização, os originais dos documentos comprobatórios de seus poderes, conforme o disposto no § 2º do artigo 5º da ICVM 481/09. **6. Participação via Boletim de Voto à Distância.** Nos termos da ICVM 481/09, a Companhia adotará o sistema de votação a distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto à distância, conforme abaixo indicado. **7. Participação Presencial e Representação.** No caso de acionistas que optarem por participar presencialmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme aplicável, além dos procedimentos e requisitos previstos em lei, também deverão observar os seguintes requisitos formais de participação previstos no artigo 15 do Estatuto Social da Companhia: (a) documento de identidade com foto; (b) o comprovante da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, emitido, no máximo, 2 (dois) dias antes das AGOE; e, se for o caso, (c) instrumentos de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126 da Lei das S.A. Os acionistas constituídos sob a forma de fundos de investimentos deverão enviar à Companhia: (a) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente nas AGOE, ou que tenha outorgado os poderes ao procurador; (b) ato societário do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante que compareça às AGOE ou a quem tenha outorgado a procuração; e (c) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os mesmos documentos referidos no item "b" deste parágrafo, a ele relativos. A Companhia esclarece que, excepcionalmente para estas AGOE, dispensará a necessidade de depósito das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas, relacionados acima, na sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista e a notariação, a consularização, o apostilamento dos instrumentos de procuração. Bastará o envio de cópia simples de tais documentos ao endereço eletrônico [ri@unipar.com.br](mailto:ri@unipar.com.br) com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas a contar da hora marcada para a realização das AGOE. As procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico deverão ter sido assinadas digitalmente mediante certificados emitidos pela ICP-Brasil. Caso o acionista não tenha depositado o instrumento de mandato e os documentos de representação no prazo estabelecido, seus representantes ou procuradores poderão participar das AGOE, desde que apresentem, até a data de sua realização, os originais dos documentos comprobatórios de seus poderes, conforme o disposto no § 2º do artigo 5º da ICVM 481/09. **6. Participação via Boletim de Voto à Distância.** Nos termos da ICVM 481/09, a Companhia adotará o sistema de votação a distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto à distância, conforme abaixo indicado. **7. Participação Presencial e Representação.** No caso de acionistas que optarem por participar presencialmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme aplicável, além dos procedimentos e requisitos previstos em lei, também deverão observar os seguintes requisitos formais de participação previstos no artigo 15 do Estatuto Social da Companhia: (a) documento de identidade com foto; (b) o comprovante da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, emitido, no máximo, 2 (dois) dias antes das AGOE; e, se for o caso, (c) instrumentos de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126 da Lei das S.A. Os acionistas constituídos sob a forma de fundos de investimentos deverão enviar à Companhia: (a) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente nas AGOE, ou que tenha outorgado os poderes ao procurador; (b) ato societário do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante que compareça às AGOE ou a quem tenha outorgado a procuração; e (c) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os mesmos documentos referidos no item "b" deste parágrafo, a ele relativos. A Companhia esclarece que, excepcionalmente para estas AGOE, dispensará a necessidade de depósito das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas, relacionados acima, na sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista e a notariação, a consularização, o apostilamento dos instrumentos de procuração. Bastará o envio de cópia simples de tais documentos ao endereço eletrônico [ri@unipar.com.br](mailto:ri@unipar.com.br) com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas a contar da hora marcada para a realização das AGOE. As procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico deverão ter sido assinadas digitalmente mediante certificados emitidos pela ICP-Brasil. Caso o acionista não tenha depositado o instrumento de mandato e os documentos de representação no prazo estabelecido, seus representantes ou procuradores poderão participar das AGOE, desde que apresentem, até a data de sua realização, os originais dos documentos comprobatórios de seus poderes, conforme o disposto no § 2º do artigo 5º da ICVM 481/09. **6. Participação via Boletim de Voto à Distância.** Nos termos da ICVM 481/09, a Companhia adotará o sistema de votação a distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto à distância, conforme abaixo indicado. **7. Participação Presencial e Representação.** No caso de acionistas que optarem por participar presencialmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme aplicável, além dos procedimentos e requisitos previstos em lei, também deverão observar os seguintes requisitos formais de participação previstos no artigo 15 do Estatuto Social da Companhia: (a) documento de identidade com foto; (b) o comprovante da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, emitido, no máximo, 2 (dois) dias antes das AGOE; e, se for o caso, (c) instrumentos de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126 da Lei das S.A. Os acionistas constituídos sob a forma de fundos de investimentos deverão enviar à Companhia: (a) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente nas AGOE, ou que tenha outorgado os poderes ao procurador; (b) ato societário do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante que compareça às AGOE ou a quem tenha outorgado a procuração; e (c) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os mesmos documentos referidos no item "b" deste parágrafo, a ele relativos. A Companhia esclarece que, excepcionalmente para estas AGOE, dispensará a necessidade de depósito das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas, relacionados acima, na sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista e a notariação, a consularização, o apostilamento dos instrumentos de procuração. Bastará o envio de cópia simples de tais documentos ao endereço eletrônico [ri@unipar.com.br](mailto:ri@unipar.com.br) com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas a contar da hora marcada para a realização das AGOE. As procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico deverão ter sido assinadas digitalmente mediante certificados emitidos pela ICP-Brasil. Caso o acionista não tenha depositado o instrumento de mandato e os documentos de representação no prazo estabelecido, seus representantes ou procuradores poderão participar das AGOE, desde que apresentem, até a data de sua realização, os originais dos documentos comprobatórios de seus poderes, conforme o disposto no § 2º do artigo 5º da ICVM 481/09. **6. Participação via Boletim de Voto à Distância.** Nos termos da ICVM 481/09, a Companhia adotará o sistema de votação a distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto à distância, conforme abaixo indicado. **7. Participação Presencial e Representação.** No caso de acionistas que optarem por participar presencialmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme aplicável, além dos procedimentos e requisitos previstos em lei, também deverão observar os seguintes requisitos formais de participação previstos no artigo 15 do Estatuto Social da Companhia: (a) documento de identidade com foto; (b) o comprovante da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, emitido, no máximo, 2 (dois) dias antes das AGOE; e, se for o caso, (c) instrumentos de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126 da Lei das S.A. Os acionistas constituídos sob a forma de fundos de investimentos deverão enviar à Companhia: (a) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente nas AGOE, ou que tenha outorgado os poderes ao procurador; (b) ato societário do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante que compareça às AGOE ou a quem tenha outorgado a procuração; e (c) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os mesmos documentos referidos no item "b" deste parágrafo, a ele relativos. A Companhia esclarece que, excepcionalmente para estas AGOE, dispensará a necessidade de depósito das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas, relacionados acima, na sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista e a notariação, a consularização, o apostilamento dos instrumentos de procuração. Bastará o envio de cópia simples de tais documentos ao endereço eletrônico [ri@unipar.com.br](mailto:ri@unipar.com.br) com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas a contar da hora marcada para a realização das AGOE. As procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico deverão ter sido assinadas digitalmente mediante certificados emitidos pela ICP-Brasil. Caso o acionista não tenha depositado o instrumento de mandato e os documentos de representação no prazo estabelecido, seus representantes ou procuradores poderão participar das AGOE, desde que apresentem, até a data de sua realização, os originais dos documentos comprobatórios de seus poderes, conforme o disposto no § 2º do artigo 5º da ICVM 481/09. **6. Participação via Boletim de Voto à Distância.** Nos termos da ICVM 481/09, a Companhia adotará o sistema de votação a distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto à distância, conforme abaixo indicado. **7. Participação Presencial e Representação.** No caso de acionistas que optarem por participar presencialmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme aplicável, além dos procedimentos e requisitos previstos em lei, também deverão observar os seguintes requisitos formais de participação previstos no artigo 15 do Estatuto Social da Companhia: (a) documento de identidade com foto; (b) o comprovante da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, emitido, no máximo, 2 (dois) dias antes das AGOE; e, se for o caso, (c) instrumentos de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126 da Lei das S.A. Os acionistas constituídos sob a forma de fundos de investimentos deverão enviar à Companhia: (a) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente nas AGOE, ou que tenha outorgado os poderes ao procurador; (b) ato societário do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante que compareça às AGOE ou a quem tenha outorgado a procuração; e (c) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os mesmos documentos referidos no item "b" deste parágrafo, a ele relativos. A Companhia esclarece que, excepcionalmente para estas AGOE, dispensará a necessidade de depósito das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas, relacionados acima, na sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista e a notariação, a consularização, o apostilamento dos instrumentos de procuração. Bastará o envio de cópia simples de tais documentos ao endereço eletrônico [ri@unipar.com.br](mailto:ri@unipar.com.br) com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas a contar da hora marcada para a realização das AGOE. As procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico deverão ter sido assinadas digitalmente mediante certificados emitidos pela ICP-Brasil. Caso o acionista não tenha depositado o instrumento de mandato e os documentos de representação no prazo estabelecido, seus representantes ou procuradores poderão participar das AGOE, desde que apresentem, até a data de sua realização, os originais dos documentos comprobatórios de seus poderes, conforme o disposto no § 2º do artigo 5º da ICVM 481/09. **6. Participação via Boletim de Voto à Distância.** Nos termos da ICVM 481/09, a Companhia adotará o sistema de votação a distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto à distância, conforme abaixo indicado. **7. Participação Presencial e Representação.** No caso de acionistas que optarem por participar presencialmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme aplicável, além dos procedimentos e requisitos previstos em lei, também deverão observar os seguintes requisitos formais de participação previstos no artigo 15 do Estatuto Social da Companhia: (a) documento de identidade com foto; (b) o comprovante da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, emitido, no máximo, 2 (dois) dias antes das AGOE; e, se for o caso, (c) instrumentos de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126 da Lei das S.A. Os acionistas constituídos sob a forma de fundos de investimentos deverão enviar à Companhia: (a) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente nas AGOE, ou que tenha outorgado os poderes ao procurador; (b) ato societário do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante que compareça às AGOE ou a quem tenha outorgado a procuração; e (c) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os mesmos documentos referidos no item "b" deste parágrafo, a ele relativos. A Companhia esclarece que, excepcionalmente para estas AGOE, dispensará a necessidade de depósito das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas, relacionados acima, na sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista e a notariação, a consularização, o apostilamento dos instrumentos de procuração. Bastará o envio de cópia simples de tais documentos ao endereço eletrônico [ri@unipar.com.br](mailto:ri@unipar.com.br) com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas a contar da hora marcada para a realização das AGOE. As procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico deverão ter sido assinadas digitalmente mediante certificados emitidos pela ICP-Brasil. Caso o acionista não tenha depositado o instrumento de mandato e os documentos de representação no prazo estabelecido, seus representantes ou procuradores poderão participar das AGOE, desde que apresentem, até a data de sua realização, os originais dos documentos comprobatórios de seus poderes, conforme o disposto no § 2º do artigo 5º da ICVM 481/09. **6. Participação via Boletim de Voto à Distância.** Nos termos da ICVM

# Minas Gerais

Sábado, 19, domingo, 20 e segunda-feira 21 de março de 2022 – Diário Comercial – 11

## Tangará Importadora e Exportadora S/A.

("Companhia") - CNPJ/MF N.º 39.787.056/0001-73 - NIRE N.º 31300135403

### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE FEVEREIRO DE 2022

**1. Data, hora e local da assembleia:** Aos 14 (quatorze) dias do mês de fevereiro de 2022, às 10:00 (dez) horas, em sua sede social, localizada na Avenida Raja Gabaglia, n.º 1060, Bairro Gutierrez, Belo Horizonte/MG. **2. Convocação e presença:** Editais de convocação publicados no Diário do Comércio nos dias 04, 07 e 08 de fevereiro de 2022, respectivamente nas páginas 06, 06 e 06 do Caderno Economia. Reuniram-se em primeira convocação os acionistas da Tangará Importadora e Exportadora S/A., representando a maioria do seu capital votante: representantes legais do AGFA Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia. O AGFA Fundo de Investimento em Participações possui 99,98% do capital votante. **3. Mesa:** Presidente: José Aloizio Teixeira de Souza Júnior. Secretário: Marcelo Costa Souza. **4. Ordem do dia:** Deliberar sobre o pedido de renúncia do Diretor Vice-Presidente e de Finanças. **5. Deliberações tomadas por unanimidade de votos:** Instalada a reunião e após a discussão da matéria, os acionistas, sem quaisquer restrições, resolveram deliberar o seguinte: (i) Aprovar por unanimidade o pedido de renúncia apresentado pelo Diretor Vice-Presidente e de Finanças, Clivair Cunha Júnior. **6. Arquivamento:** O AGFA autorizou o arquivamento da ata a que se refere esta Assembleia Geral perante a Junta Comercial de Minas Gerais, para os devidos fins legais. Os Diretores ficam autorizados a adotar todas as providências legais e regulamentares para formalizar as deliberações aprovadas na ata a que se refere esta Assembleia Geral. **7. Encerramento e assinaturas:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que, depois de lida, foi aprovada e assinada pelos presentes. Mesa: José Aloizio Teixeira de Souza Júnior - Presidente da Mesa; e Marcelo Costa Souza - Secretário da Mesa. Acionista Presente: AGFA Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia - representado por Lilian Palacios Mendonça Cerqueira e Mariana Guerra Cintra. Certifico e dou fé que a presente confere com o documento original lavrado no Livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais, regularmente assinado por todos os presentes e que se encontra arquivado na sede da Companhia. Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2022. **José Aloizio Teixeira de Souza Júnior** - Presidente/Acionista; **Marcelo Costa Souza** - Secretário/Acionista. Lilian Palacios Mendonça Cerqueira - Mariana Guerra Cintra pelo AGFA Fundo de Investimento Em Participações Multiestratégia ("Fundo"). Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Certifico o registro sob o nº 9232698 em 11/03/2022, protocolo 220949271 - 10/03/2022. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/094.927-1 e o código de segurança JL9. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/03/2022 por Marimely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1C85-FC9F-9958-288C> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1C85-FC9F-9958-288C



### Hash do Documento

4BB3449525528F8C723C0226C0A1ABADBCA68BED4E73015FE6436302870E6DF7

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 18/03/2022 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em  
18/03/2022 23:57 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -  
33.270.067/0001-03

